PEQUENO EXPEDIENTE (ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Invocando a proteção de Deus, em nome da sociedade mato-grossense, declaro aberta esta Sessão Ordinária do dia 08 de março de 2023, às 10h20min.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Eu convido os Deputados Diego Guimarães e Gilberto Cattani para assumirem, respectivamente, a 1ª e a 2ª Secretarias. (OS SRS. DEPUTADOS DIEGO GUIMARÃES E GILBERTO CATTANI ASSUMEM A 1ª E A 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ao Deputado Gilberto Cattani, para a leitura da Ata, que se encontra sobre a mesa.

Registramos hoje o Dia Internacional da Mulher.

Parabéns a todas as mulheres, em especial a você, minha amiga Neuzinha, que veio de Rondonópolis.

Parabéns também ao Deputado Eduardo Botelho, aniversariante do dia.

Deputado Gilberto Cattani, para a leitura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, senhor Presidente. Bom dia a todos.

(O SR. 2° SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.).

O SR. 2º SECRETÁRIO (GILBERTO CATTANI) - Lida a Ata, senhor Presidente. Secretaria de Servic O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Lida a Ata, agradeço ao Deputado Gilberto Cattani pela leitura.

Eu coloco em discussão a Ata. Não havendo colega que queira discuti-la, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. (PAUSA). A Ata está aprovada.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ao Deputado Diego Guimarães, para que faça a leitura do expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Eu quero desejar bom dia ao Presidente em exercício, Deputado Wilson Santos.

Também cumprimentar o Deputado Cattani, que aqui se encontra, todos os munícipes, os cidadãos mato-grossenses que aqui estão, e as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Senhor Presidente, temos o seguinte expediente:

(OFÍCIOS N°S; 26, 27, 28 E 30/2023, DA CASA CIVIL; OFÍCIOS N°S 03 E 06/2023, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE; PARECER TÉCNICO N° 2949A/2023, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE; OFÍCIOS N°S 103, 104, 105 E 116/2023, DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER; OFÍCIO N° 5779/2023, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA; OFÍCIOS N°S 31 E 32/2023, DO GABINETE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL-MT; OFÍCIOS N°S 22 E 1.133/2023, DA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE; OFÍCIO Nº 302/2022, DO GABINETE DO DEPUTADO MAX RUSSI; OFÍCIO Nº 08/2023, DO GABINETE DA DEPUTADA JANAÍNA RIVA; OFÍCIO Nº 01/2023, DO GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL CEL. ASSIS; OFÍCIOS NºS 201 E 202/2023, DA PRESIDÊNCIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA; OFÍCIOS NºS 97, 144, 146, 148, 150, 152 E 157/2022, DA ANATEL; OFÍCIOS NºS 477 E 478/2023, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ; OFÍCIO Nº 20/2023, DA JORNADA DE LUTA DAS MULHERES; OFÍCIOS CT-DARI NºS 559, 769, 770, 771 E 772/2022, DA TIM/S.A; CARTA Nº 02/2023, DO FNEEI/2023; NOTA TÉCNICA Nº 01/2023, DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO; RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATER ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO ECOLÓGICO.).

O SR. 1º SECRETÁRIO (DIEGO GUIMARÃES) - Lido o expediente, senhor Presidente.

(SEGUNDA PARTE - APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Lido o expediente, agradeço o eminente Deputado Diego Guimarães.

Passemos, então, para a segunda parte do Pequeno Expediente.

Quero solicitar aos Deputados que façam logo as inscrições no Pequeno Expediente.

O Presidente Eduardo Botelho, aniversariante do dia, está no gabinete com o Governador e assim que ele chegar já quer disparar a Ordem do Dia.

Deputados que se encontram nos gabinetes, por gentileza, façam suas inscrições para o Pequeno Expediente. A partir das 11h em ponto daremos início à Ordem do Dia.

Primeiro inscrito o Deputado Gilberto Cattani, segundo inscrito o Deputado Júlio Campos o terceiro inscrito, Deputado Alex Sandro o quarto inscrito, Deputado Diego Guimarães quinto e Deputado Wilson Santos.

Com a palavra, o Deputado Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, recebemos no nosso Gabinete o vereador Claudinho, que é do município de Carlinda, de Mato Grosso, e por meio dele, das suas demandas, da expectativa que ele tem de melhor para seu município, estamos fazendo aqui várias indicações para o município de Carlinda.

Estamos indicando ao senhor Governador para disponibilizar recursos financeiros e viabilizar a instalação de sistema de galerias e pavimentação asfáltica no município de Carlinda.

Também estamos aqui indicando ao Governador e aos respectivos secretários financiamento no valor de cinco milhões de reais para a pavimentação nos bairros Santa Terezinha, Cristo Rei, Boa Esperança, Boa Vista, no município de Carlinda, uma obra que será muito benéfica para aquela cidade, senhor Presidente.

Também para o município de Carlinda, gostaríamos muito de indicar ao Governador e aos respectivos secretários a viabilização e destinação de 400 unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, com microgeração de energia solar, no município de Carlinda, no Estado de Mato Grosso.

Essas são as proposições para Carlinda, senhor Presidente.

Enfatizo novamente a destreza política e o empenho do vereador Claudinho, que nos procurou para que pudéssemos pedir ao governador que viabilize isso àquele município.

Também, senhor Presidente, estamos fazendo uma Moção de Pesar pelo falecimento do senhor José Renato Cazanelli, que infelizmente, com 28 anos teve sua vida ceifada de forma covarde no município de Primavera do Leste, senhor Presidente.

Ficam aqui os nossos sentimentos e o nosso pesar por esse jovem, um jovem advogado, que perde sua vida de maneira covarde mais uma vez na mão de bandidos no nosso Estado.

Também, senhor Presidente, gostaria de requerer ao excelentíssimo Superintendente Regional da Polícia Federal do Estado de Mato Grosso, Sérgio Sandao Mori, o fornecimento de dados e informações acerca de ocorrências registradas com o uso de arma de fogo, senhor Presidente.

Da mesma maneira, também ao secretário de Estado de Segurança, o senhor Augusto Roveri, senhor Presidente, para que possamos ter certeza de qual arma está sendo utilizada para cometer tantos assassinatos em nosso Estado, senhor Presidente, registradas ou não.

Também gostaríamos de indicar ao senhor Mauro Mendes, nosso Governador, e aos respectivos secretários a necessidade de implantação de um posto de Polícia Militar no Distrito Entre Rios, no município de Nova Ubiratã, no Estado de Mato Grosso.

Muito necessário, senhor Presidente, Entre Rios hoje já é quase uma cidade e necessita que a polícia esteja presente para manter a segurança daquela localidade.

Seria isso para o momento.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado Gilberto Cattani, aqui lembrando de municípios tão distantes da Capital, como é o caso de Carlinda.

Parabéns, Deputado!

Próximo inscrito, Deputado Governador Júlio Campos, depois o Deputado Alex

Sandro.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Presidente, senhores parlamentares, ocupo a tribuna na manhã de hoje para requerer uma sessão especial no dia 11 de julho próximo, às 19h, neste Plenário, para prestarmos uma homenagem à figura do inesquecível senador Filinto Müller, que neste dia

comemorará 50 anos do seu falecimento.

Para aqueles mais jovens que não comemorará 50 anos do seu falecimento.

Para aqueles mais jovens que não conhecem, Filinto Muller foi o maior líder político da história de Mato Grosso no século passado.

Eu tive o privilégio de conviver com ele, meu pai foi seu correligionário no antigo PSD, depois na Arena.

Então, nós queremos uma sessão especial para homenagear a sua memória, por ocasião dos 50 anos do seu falecimento.

Estamos também neste momento apresentando um projeto importante, que é o que proíbe, veda, a mudança de nome dos bens públicos concedidos a título de homenagens a personalidade dessa história, porque agora virou uma moda Governo, Deputados, polícia militar, troca de nome de colégios, de prédios públicos.

Em Várzea Grande houve verdadeiros atentados, tiraram o nome do grande Deputado e prefeito Licínio Monteiro da Silva de um colégio, tiraram o nome da professora Nadir de Oliveira, minha professora querida que educou toda uma geração de Mato Grosso... (APLAUSOS) ...tiraram esse nome e prestaram homenagem a alguém que não tem nada a ver com a história da educação de Várzea Grande.

Então, estou propondo um projeto para proibir essas mudanças.

Além disso...

(MANIFESTANTE FALA DAS GALERIAS)

É verdade, professora.

Queremos também neste momento indicar ao senhor governador Mauro Mendes e ao Chefe da Casa Civil que determine providências para dotar a comunidade indígena de Parabubure, no município de Campinápolis, com veículos para a manutenção daqueles nossos indígenas que não têm transporte nesse momento.

O Estado tem tantos veículos à disposição, por que não mandamos um para servir a comunidade indígena?

Além disso, estamos propondo mais dois projetos, um que institui o banco de leite materno virtual para cadastramento prévio e voluntário de acompanhamento da quantidade disponível de bancos de leite no Estado de Mato Grosso; e também estamos apresentando outro projeto que inclui todos os procedimentos cirúrgicos, solicitação de consulta e exame destinados a pacientes diagnosticados com deslocamento de retina na fila... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

Mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Quero apresentar... Na fila de Urgência do Sistema Estadual de Regulação e dá outras providências.

Hoje nós temos uma dificuldade muito grande no setor de saúde de Mato Grosso.

E também estamos apresentando ao senhor Governador do Estado e ao secretário de saúde a necessidade urgente de aquisição de eletrocardiógrafo digital para suporte da integração com a plataforma de telemedicina, visando compartilhamento de informações e emissão de laudos médicos à distância para distribuição para as unidades de saúde de todos os municípios de Mato Grosso.

São esses os projetos que estamos apresentando, senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) — Parabéns ao Deputado, ex-Governador Júlio Campos. Muito merecida essa homenagem ao grande mato-grossense Filinto Müller. Faremos questão de estar presente nessa sessão especial.

Conta com o meu voto também o projeto que proíbe a mudança de nomes. É um desrespeito a quem fez muito por Várzea Grande, por Cuiabá, por Mato Grosso, pelo Brasil. Tem tanta obra sem nome.

Próximo inscrito, Deputado Alex Sandro, depois o Deputado Diego Guimarães.

O SR. ALEX SANDRO - Bom dia, Presidente.

Bom dia, amigos que estão conosco nesta manhã.

Bom dia a quem está aqui conosco nas galerias e aqueles que nos acompanham por meio da transmissão dos canais da Assembleia.

Eu venho hoje trazer, primeiramente, uma fala que acredito ser em nome de todas as mulheres, dizer que esse dia de hoje em que se comemora o Dia Internacional das Mulheres é um dia, infelizmente, que deveria ser lembrado diariamente porque elas fazem parte da sociedade todos os dias... (APLAUSOS)

Obrigado.

E acredito que um dia só não é suficiente para homenagear e expressar o quanto essas mulheres são importantes para a sociedade.

Quero aproveitar para convidar as mulheres, hoje teremos não uma sessão, mas uma homenagem a todas elas, trazendo a valorização delas para nossa sociedade e convidamos mulheres que representam suas classes, seus nichos, mulheres de diversos segmentos que compõem a nossa grande sociedade.

Hoje às 19h aqui no nosso Auditório Deputado Milton Figueiredo, às 19h30min, todas são convidadas para esse evento todo especial.

E trago também, Presidente, nobres amigos, um projeto que acrescenta na lei que já existe, que é a lei de empréstimo de bem móvel e imóvel do Governo, que cede para as secretarias do município para que use, porque, de maneira clara, o que acontece? Nós temos cidades do interior, nós temos municípios que são carentes de acessório móvel e imóvel, a exemplo de secretarias de esportes, que às vezes ficam à mercê de um transporte público para levar os jovens, os atletas daquela região para disputar, porque não têm um ônibus próprio da secretaria de esporte, mas tem ali da secretaria de educação, que às vezes não se pode usar por conta de alguns agravos da lei.

Então, eu quero trazer um acréscimo na lei que já existe, que já cede bens móveis e imóveis para outros departamentos com um pequeno curto de empréstimo, que é um uso pequeno.

Quero aqui deixar registrado que nós apresentamos o projeto de lei e também vamos apresentar uma indicação ao governo para que ele consiga realmente fazer com que se torne realidade e as cidades do interior, cidades que precisam tanto de ter um transporte público para realizar uma atividade pequena, simples, possam ter facilidade nesse termo, nesse trâmite, entre secretaria e secretaria.

É o que eu trago nesta manhã.

Agradeço ao Presidente e agradeço a todos.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado Alex!

Próximos inscritos: Deputado Diego Guimarães, Cláudio Ferreira, Lúdio Cabral, Wilson Santos, Thiago Silva, Paulo Araújo e Fabio Tardin.

Mais uma vez lembrando que iremos começar a Ordem do Dia às 11h.

Deputado Diego.

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Senhor Presidente Wilson Santos, quero cumprimentá-lo e em seu nome cumprimentar a todos os colegas Deputados e, muito embora não esteja aqui, em nome da Deputada Janaina Riva cumprimentar todas as mulheres do nosso grande Estado de Mato Grosso.

Em nome da minha esposa, da minha mãe e também da minha pequena filha Maria Luiza, também deixo um saudoso abraço às mães, às avós, que não apenas criam, nutrem e ajudam dentro do seio familiar a construir uma sociedade, mas também que trabalham, que pedem e merece respeito por parte de todas as instituições e por parte da sociedade como um todo.

Senhor Presidente, estive desde quinta-feira passada no extremo norte do Estado de Mato Grosso, especialmente no município de Guarantã do Norte e Colíder, e rodei as MTs 208 e 320 e é assustadora a situação da manutenção dessas rodovias por parte da empresa Via Brasil, empresa que cobra caro.

Aqui nós temos vereadores de Nova Guarita, quero cumprimentá-los, o vereador Heitor e o vereador José - sejam muito bem-vindos -, e vocês sabem do que eu estou falando.

Eu passei até Alta Floresta, fui de Colíder até Alta Floresta, e indico hoje à Agência de Regulação e Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso-AGER que ela faça e determine, primeiro determine à Via Brasil a recuperação dessa via e, segundo, faça uma vistoria e elaboração com a publicação de um relatório descritivo e detalhado acerca da qualidade do serviço prestado pela Via Brasil.

Após passar nas MTs 320 e 208 eu já recebi reclamação também do trecho compreendido entre Jangada e Barra do Bugres, que também está caótico.

Nós vamos fiscalizar essa situação e vamos cobrar por parte do Governo do Estado que a Via Brasil cumpra o contrato. Cobra caro, R\$10,00 por veículo, Wilson Santos, R\$10,10 por veículo, e por caminhão R\$ 10,10 por eixo.

Assim como estamos fiscalizando, a CPI da telefonia, o serviço público de telefonia e internet móvel vamos fiscalizar também a concessionária de rodovia para que ela também atenda aos requisitos mínimos de qualidade exigidos na concessão que ela recebeu.

Também, senhor Presidente, faço uma indicação quanto à necessidade da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania para A destinação de recurso À APAE de Colíder.

A APAE de Colíder merece e precisa muito DE atenção e aqui eu faço em nome da vereadora Flavinha, de Colíder, que já foi presidente da APAE e hoje na APAE de Colíder inclusive há um imbróglio entre Prefeito e presidência da APAE, mas eu acredito que toda a sociedade de Colíder... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Toda a sociedade de Colíder sempre abraçou a APAE, independente de quem for o gestor da APAE ou gestor municipal.

Por fim, senhor Presidente, apenas tão e somente cumprimentar as forças de segurança de Colíder, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, porque no final de semana a cidade foi impactada por um crime horroroso, um monstro assassinou uma criança de 5 anos de idade, o pequeno Davi, pelo que foi apurado por ciúmes da ex-namorada, que é a mãe da criança, e a cidade Colíder ficou enlutado por esse crime. Mas as forças de segurança prontamente agiram, prenderam esse criminoso, hoje ele está atrás das grades e responderá pelo seu crime.

E fica a nossa provocação à bancada Federal para que crimes como esse tenham certamente uma punição mais rígida.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Diego!

Secretaria de Servic Próximo inscrito, o Deputado Cláudio Ferreira.

Em seguida, o Deputado Lúdio Cabral.

O SR. CLÁUDIO FERREIRA - Bom dia, senhor Presidente, nobres pares, pessoal das galerias e todos que nos acompanham pela mídia.

Presidente, entre os muitos requerimentos e indicativos para o Executivo Estadual, eu quero falar aqui de duas indicações que são superimportantes para Mato Grosso e especialmente para a Região Sul e Rondonópolis.

A primeira delas é a indicação que trata da necessidade de o Governo do Estado promover um estudo de viabilidade técnica e posterior projeto de um novo rodoanel para Rondonópolis.

Rondonópolis é uma das cidades mais importantes no campo logístico. Ali nós temos a confluência das rodovias federais 163 e 364, e das MTs 270 e 130, e infelizmente não foi contemplada com anel viário.

Rondonópolis é considerada, senhor Presidente, a cidade do bitrem.

Rondonópolis tem mais de 10 mil semirreboques registrados somente no nome daquela cidade e nós enfrentamos muitos problemas.

Existe por parte do Governo a intenção de duplicar o que hoje se chama de anel viário, mas que na verdade é só um quarto de um anel viário, não contempla a necessidade logística da cidade de Rondonópolis e nós entendemos que nós temos ali...

Infelizmente o Governo investiu ali em 2020/2021 mais de 12 milhões de reais naquela via no que se chama anel viário e o dinheiro se perdeu por completo porque a rodovia é obsoleta na parte estrutural.

O governo investiu dinheiro, mas a rodovia atual, aquele anel viário atual, não comporta o tráfico de veículos pesados, esses veículos modernos. Então, se perdeu todo o recurso e nós queremos que o Governo do Estado pense não só nessa parte estrutural do anel viário, que nós precisamos de um novo anel viário com um novo projeto que contempla o transporte atual de carga pesada, bem como, senhor Presidente, também que esse projeto esteja no novo traçado.

Hoje o anel viário que lá existe... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. CLÁUDIO FERREIRA - Mais um minuto.

O anel viário que hoje lá existe está dentro do perímetro urbano.

Então, se duplicar aquilo lá e considerar aquilo como anel viário... Hoje nós temos um problema, se duplicar aquilo lá, nós vamos duplicar o problema, não vamos ter um problema só vamos ter dois problemas.

Então, eu solicito ao Governo, que o Governo promova esse estudo de viabilidade técnica, bem como um novo projeto.

(APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado.

Próximo inscrito, Deputado Lúdio Cabral. Deputado Lúdio Cabral, próximo inscrito.

Em seguida Deputado Thiago Silva, Fábio Tardin (Fabinho), Sebastião Rezende, Juca do Guaraná e Carlos Avallone.

Deputado Lúdio Cabral tem três minutos.

Vamos exercer nossa capacidade de síntese. Já são quase 11h da manhã.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom dia a todos, a toda população que está mobilizada hoje, aos pais e mães, comunidade escolar das escolas estaduais... (APLAUSOS) ...de natureza confessional - esperamos derrubar o veto hoje -, trabalhadores aprovados em concurso público que querem mudança nas regras.

Presidente, nós ontem fizemos, a Comissão de Saúde da Assembleia, uma visita técnica à Santa Casa de Cuiabá, Hospital Estadual Santa Casa, uma visita ao longo de toda manhã, discutiremos com mais detalhe todo o conteúdo da visita na nossa próxima reunião ordinária da Comissão de Saúde, a equipe técnica está preparando um relatório, mas há um fato gravíssimo que nós constatamos e que exige de mim, na condição de Presidente da Comissão, já trazê-lo a público, já trazê-lo a Plenário e já notificar as autoridades responsáveis por tratar dessa pauta.

O Hospital Estadual Santa Casa tem uma Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, ambas estão sob a gestão, sob a responsabilidade, de uma empresa terceirizada que contrata os médicos pediatras que cumprem a tarefa de responsabilidade técnica, de médico visitador e de médico plantonista. E os médicos pediatras, a maioria dos médicos pediatras, nós estamos inclusive requerendo informações detalhadas sobre esse fato, fizeram distrato com essa empresa terceirizada e ontem durante a visita - nós já estamos no transcurso do mês de março, a cada mês se faz uma escala de plantão e de médicos visitadores - e ontem durante a visita que fazíamos, todos os 10 leitos da UTI pediátrica ocupados, sem médico pediatra plantonista, sem médico pediatra visitador e com relatos de escala descoberta nos plantões do mês de março em decorrência do distrato que teria ocorrido por desacordo entre os profissionais e a empresa terceirizada, os profissionais já comunicaram todas as autoridades competentes e CRM, por conta de ingerência da empresa na autonomia profissional para administração para prescrição... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto, Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL - Problemas sérios relacionados à autonomia médica.

Portanto, nós estamos hoje notificando o secretário de Estado de Saúde, o Ministério Público Estadual, o Conselho Regional de Medicina, para que providências imediatas sejam tomadas, porque ontem no período da manhã 10 crianças com quadro de saúde grave internadas na UTI pediátrica não tinham médico pediatra assistente no plantão naquele momento durante a visita.

Na visita à UTI Neonatal havia médico plantonista, o médico visitador estava presente, mas nos comunicou verbalmente que também já teriam feito o distrato e que estariam cumprindo aviso prévio até o final do mês de março. Portanto, o problema também existirá na UTI Neonatal até o final do mês de março.

Isso é muito, mas muito grave e precisa de providências imediatas por parte das autoridades que são responsáveis.

No momento mais adequado eu me aprofundo nesse debate porque a outras... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) — Parabéns, Deputado Lúdio! Ficou entendido sua visita e a captação de algo irregular. Parabéns!

(APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Deputado Thiago Silva é o próximo inscrito.

Faço apelo ao Deputado para que use os três minutos.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, nobres colegas Deputados.

Quero de forma especial cumprimentar nossa colega Deputada Janaina, que está de licença, mas a nossa única Deputada aqui e em seu nome cumprimentar a todas as mulheres, em nome também da minha amiga Neuzinha, do município de Rondonópolis, que veio hoje aqui junto com os pais e alunos das escolas religiosas.

Quero parabenizar a todas as mulheres... (APLAUSOS) ...as mulheres da Assembleia Legislativa, do meu gabinete, e cumprimentar minha esposa por esse dia especial, Dia das Mulheres.

Quero aqui, senhor Presidente, iniciar apresentando algumas indicações e alguns requerimentos.

O primeiro é para que o Governo do Estado possa ampliar as delegacias da mulher 24 horas, uma luta que temos feito nesta Casa e temos insistido para que o Governo possa ampliar o trabalho que foi criado aqui em Cuiabá que possa também atender nesse primeiro momento após a realização do concurso público as cidades-polos ou com a delegacia da mulher 24 horas ou então com os núcleos de proteção as mulheres do nosso Estado.

Infelizmente são muito tristes os dados no nosso Estado quanto ao feminicídio, que só tem aumentado.

Essa bandeira é uma bandeira da Assembleia Legislativa para combater o feminicídio aqui no Estado de Mato Grosso e hoje, no dia da mulher, eu quero reforçar esse pedido.

Senhor Presidente, estou aqui também reforçando, mas uma indicação que nós já apresentamos, acredito que por duas ou três vezes, para que o Governo Estado possa construir um novo Hospital Regional no município de Rondonópolis.

O município de Rondonópolis tem um hospital regional que foi construído ainda no início da década de 80, quando a população da Região Sudeste era em torno de 300 mil pessoas e hoje nós acreditamos que essa população está chegando a 700 mil pessoas nos 19 municípios ali da Região Sudeste e aqui eu quero reforçar para que o Governo do Estado possa colocar no planejamento, assim como colocou nas outras cidades em que iniciaram a construção de hospitais regionais, e de forma justa, porque são regiões longínquas em que a população pereceria por falta de

atendimento médico, mas eu aqui deixar o nosso pedido e também reforçar, quero aqui reforçar o nosso pedido.

Hoje nós temos aqui, entre os vetos para serem apreciados, o Veto 14, que vetou a alteração da lei da estadualização.

Nós temos aqui vários pais, professores, alunos lá do município de Rondonópolis, e quero aqui cumprimentar a todos... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. THIAGO SILVA - Quero aqui, senhor Presidente, pedir apoio dos colegas parlamentares para que possamos manter esse convênio com as escolas religiosas e derrubar esse Veto, porque é um modelo educacional, uma parceria entre o Governo do Estado e as escolas religiosas, instituições religiosas que têm dado certo aqui nosso Estado.

Então, fica aqui o nosso pedido para que possamos derrubar esse veto hoje aqui nesta Sessão.

Muito obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Thiago!

Próximo inscrito o Deputado Paulo Araújo. Em seguida o Deputado Fábio Tardin

(Fabinho).

Registro a presença aqui do prefeito do município de Nova Guarita, Zeca. Muito obrigado pela presença. E também do vereador Heitor Balestrin. Muito obrigado pela presença.

O SR. PAULO ARAÚJO – Obrigado, Presidente Deputado Wilson, em seu nome cumprimento todos os Deputados.

Um cumprimento especial a todas as mulheres do nosso querido mundo, Estado de Mato Grosso, Cuiabá, em nome da minha amiga companheira parceira do coração Janaina Riva.

Todas sintam-se cumprimentadas.

Uso deste dispositivo, Deputado Presidente professor Wilson Santos, hoje infelizmente mais uma ação na saúde pública de Cuiabá, mais prisões de várias outras prisões que já aconteceram, de afastamento de secretário, de irregularidade, de denúncias, de ações, tanto na Polícia Civil quanto no Ministério Público e quero aqui usar deste dispositivo justamente para fazer uma indicação de Moção de Aplausos a toda estrutura governamental que está aí para combater a corrupção, porque a corrupção aqui, em especial na saúde pública, está matando vidas.

E lá atrás, professor Wilson, eu pedi o apoio dos colegas, naquele momento uns entenderam que era de cunho político, que não sei o quê, fiz um documento e protocolei pedindo providências, pedindo a intervenção da saúde pública aqui em Cuiabá, porque, sinceramente, eu não sei mais o que que nós precisamos fazer, porque a cada dia que passa, do jeito que está, muitas pessoas morrem, muitas pessoas morrem.

Tomara Deus, e tenho certeza que ele vai iluminar a cabeça dos nossos desembargadores, na votação do processo de intervenção os 13 desembargadores, Deputado Diego, o senhor que fiscalizou muito a saúde pública no município de Cuiabá vai entender que a intervenção é para salvar vidas e para não deixar pessoas morrerem.

Hoje tem um projeto de minha autoria que fala da obrigatoriedade de cargos, de vagas, para pessoa com deficiência. Houve veto e eu peço aos nobres Deputados que possam auxiliar na derrubada do veto.

Isso é inclusão social. As pessoas com deficiência têm que ter um certo estímulo do Governo para que as empresas e que o próprio Governo dê exemplo em destinar vagas para pessoa com deficiência.

Obrigado Presidente. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Paulo Araújo!

O próximo inscrito é o Deputado Fábio Tardin (Fabinho). Em seguida, Deputado Sebastião Rezende.

Deputado Fabinho. Deputado Fabinho, por gentileza. Já está presente.

Próximo inscrito, Deputado Sebastião Rezende, depois Deputado Juca do Guaraná.

Agradeço a vossa excelência o potinho de guaraná que chegou lá. Está meio reforçado esse guaraná. Eu senti já que o trem é...

O SR. FABINHO - Senhor Presidente, primeiramente, agradeço todos os Deputados, a imprensa que faz a cobertura, TV e Rádio Assembleia e todos os demais presentes.

Dizer que hoje, um dia importante para as mulheres, mulheres essas que avançaram muito no mercado de trabalho, mas ainda existe muita desigualdade, muita luta ainda continua para as mulheres avançarem e seres inseridas com enorme frequência. Vemos notícia nosso Estado e em todo o Brasil de feminicídios e temos que avançar muito.

Parabéns a todas as mulheres!

Ontem eu realizei uma sessão solene para as fabetes, um grupo de mulheres que nos apoiam desde a primeira eleição na cidade de Várzea Grande, estiveram aqui presentes.

Em Várzea Grande sempre fizemos um trabalho em prol das mulheres, apresentamos várias proposituras, sempre defendendo os direitos e a igualdade.

Além disso, senhor Presidente, quero dizer que estamos apresentando alguns projetos de lei que beneficiam não só a população, que beneficiam a nossa população, mas hoje eu quero destacar um projeto de lei que dispõe sobre a política de incentivo à mulher no esporte, já que hoje ainda existe muita desigualdade e preconceito no esporte. Esse projeto visa trazer maior igualdade também nesse segmento. É importantíssimo termos igualdade nesse segmento esporte, que traz muita saúde e lazer.

Então, eu digo também, senhor Presidente, um projeto de lei que visa divulgar o Programa Federal Empresa Cidadã, que amplia a licença maternidade e paternidade de funcionários do setor privado em troca de benefícios fiscal.

Muitas vezes o empresário não conhece a realidade e nós temos que fazer essa divulgação, ampliar, e uma mãe vai cuidar um pouco mais de tempo do seu filho que está ali recémnascido, e colo de mãe, e esse mês das mulheres é importantíssimo a nossas genitoras.

No final... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. FABINHO - Um minuto.

Ele traz um enorme benefício às famílias. E dizer da importância de estar presente na fase inicial do desenvolvimento dessas crianças.

Dizer também aqui, senhor Presidente, que hoje apresento também algumas indicações e quero ressaltar aqui a indicação ao senhor Governador do Estado do Mato Grosso, Governador Mauro Mendes, e ao secretário de Infraestrutura, secretário Marcelo, sobre a necessidade de viabilizar a construção de um terminal rodoviário urgentíssimo na cidade de Várzea Grande.

Nós não podemos mais continuar, os várzea-grandenses, tendo que se deslocar até aqui em Cuiabá na rodoviária para poder seguir para frente rumo a Cáceres, rumo a Mirassol, a outras cidades e a outros Estados.

Então, é disso que nós precisamos.

No mais, muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Fabinho!

Deputado Sebastião Rezende é o próximo, depois Deputado Juca do Guaraná, também inscrito Deputado Avallone.

Deputado Sebastião Rezende...

Deputado Sebastião Rezende, depois Juca do Guaraná e depois Carlos Avallone. O seu é o terceiro da fila.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Senhor Presidente, cumprimento vossa excelência, todos os senhores Deputados, cumprimento os servidores da Casa, todos aqueles que prestigiam esta nossa Sessão, os nossos companheiros que vieram de Rondonópolis - os nossos cumprimentos. (APALUSOS)

Senhor Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade e também parabenizar todas as mulheres mato-grossenses pelo dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, embora saibamos que todo dia é dia da mulher, que tem que ser respeitada, tem que ser valorizada.

Eu gostaria de fazer esse cumprimento em nome da minha esposa Rosângela, da minha filha Teresa Raquel, da minha mãe Raquel, e cumprimento dessa forma todas as mulheres.

E dizer, senhor Presidente, que ontem fizemos uma reunião muito proveitosa da Comissão de Defesa do Consumidor. Na nossa comissão foram protocoladas denúncias de que na rodovia privatizada, na MT que liga Jangada a Barra do Bugres, Tangará da Serra até Itamarati Norte, que a Via Brasil é a responsável por esse trecho, os caminhões, os caminhoneiros que trafegam nessa rodovia, que pagam um pedágio caríssimo, infelizmente não têm tido assistência, e qualquer avaria que tem no caminhão ele fica à margem da rodovia, sem assistência, sem ninguém para socorrê-lo. Obviamente ele tem direitos.

Fizemos um requerimento solicitando a presença da AGER, da Sinfra, para que nos dê uma resposta nesse sentido e esses trabalhadores que trafegam nessa rodovia possam ter seus direitos garantidos, senhor Presidente.

Então, apenas para fazer esse registro e dizer que na Comissão de Defesa do Consumidor nós já temos várias denúncias, de vários setores, que vamos estar averiguando e exigindo a presença de todos aqueles que prestam serviço público a estar presente aqui para dar resposta a esses questionamentos.

Secretaria de Servic Muito obrigad<mark>o, s<mark>e</mark>nhor Presi<mark>de</mark>nte. O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) — Parabéns, Deputado!</mark>

Próximo inscrito, Deputado Juca do Guaraná. Em seguida, o Deputado Carlos Avallone, Doutor Eugênio, Valdir Barranco, Faisal Calil e Eliseu Nascimento. São os últimos inscritos.

O SR. JUCA DO GUARANÁ - Bom dia a todos.

Senhor Presidente ad hoc, Wilson Pereira dos Santos.

Saúdo o nosso Presidente Eduardo Botelho pelo seu aniversário.

Quero saudar todas as mulheres em nome da minha querida mãe, dona Carmem, minha esposa Amabilla, minha filha Eduarda e todas as mulheres do Estado do Mato Grosso em nome da nossa Deputada Janaína Riva, a única mulher, a mais votada do Estado do Mato Grosso, e tem o nosso respeito.

Deputado Wilson Santos, senhores Deputados, enquanto Presidente da Casa do povo cuiabano, Câmara Municipal de Cuiabá, tivemos a oportunidade de ser a segunda câmara do país a ter um espaço para as mulheres, uma sala de amamentação, Deputado Wilson, e fraudário, nós inauguramos entregamos.

Aqui eu vejo o Espaço Cidadania desta, Casa que por sinal funciona muito bem, e falta isso.

Eu gostaria de mostrar essas imagens lá da Câmara de Cuiabá para que sigamos o exemplo de lá, porque e vou apresentar para Mesa de Diretora. (NESTE MOMENTO O VÍDEO CITADO PELO DEPEUTADO É EXIBIDO.).

Dessa forma, quero apresentar essa indicação especial ao nosso Presidente Eduardo Botelho para que faça um espaço de amamentação e um fraudário para que possa atender as nossas valorosas servidoras e a população, as nossas mulheres que vêm visitar a Casa do Povo matogrossense. Inclusive esse espaço lá na Câmara foi certificado agora, recebeu o certificado do Ministério da Saúde. Ontem recebemos essa gratificação... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. JUCA DO GUARANÁ – Então, para finalizar, eu quero agradecer e que tenhamos esse espaço aqui para atender as nossas mulheres.

A todas as mulheres um feliz dia das mulheres. Que Deus abençoe a todas.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Juca do

Guaraná!

O Presidente Botelho, que acaba de chegar no recinto, informa que na ampliação do prédio Governador Dante de Oliveira, que é a sede do Parlamento mato-grossense, já será contemplada essa sua indicação. Então, vossa excelência já chega aqui com o pé direito. Que continue distribuindo mais guaraná para nós.

Eu quero pedir a todos os colegas que possamos dar uma salva de palmas ao aniversariante, nosso colega Deputado Botelho.

Botelho, parabéns pelos seus 104 (sic) anos de idade. (APLAUSOS)

Registro a presença aqui do presidente do Sinterp, Gilmar Antônio Brunetto, popular Gauchinho. Seja bem-vindo, Gauchinho.

Também a presença do Gilmar Assis de Lima, vereador do município de Guarantã do Norte, do grande município de Guarantã do Norte, terra do Diego Guimarães.

Com a palavra, o Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - Senhor Presidente, senhores Deputados.

Secretaria de Servi Cumprimento também especialmente a Deputada Janaina Riva pelo Dia Internacional da Mulher.

Cumprimento todas as mulheres aqui presentes, parabenizo a todas elas pelo Dia Internacional da Mulher.

Gostaria de simbolicamente, Presidente, chamar aqui a Janaína, que não é a Deputada, mas é nossa colega, para que viesse aqui até o púlpito, Janaína, porque eu simbolicamente queria dar uma recordação aqui em seu nome para homenagear todas as nossas queridas colegas aqui da Assembleia, em meu nome, em nome da minha esposa Maria Avallone. É um prazer para nós conviver com todas vocês aqui.

Muito obrigado.

(O DEPUTADO CARLOS AVALLONE PRESTA HOMENAGEM À SRª JANAÍNA – APLAUSOS.).

O SR. CARLOS AVALLONE - Presidente Wilson, Presidente Botelho, que está aqui presente, eu gostaria de...

Eu vou tratar de um assunto, Deputado Lúdio, provavelmente na Explicação Pessoal, para falar um pouco sobre a Previdência.

Nós vimos algumas matérias que saíram de uma reunião do Conselho da Previdência, números que foram colocados, eu não concordo com os números colocados, ou melhor com a forma como eles foram colocados, mas é preciso de uma explicação maior.

Como eu tenho estudado esse tema bastante, é um tema que eu vou fazer com maior tempo para dar maiores explicações sobre ele, e farei nas Explicações Pessoais.

Eu queria neste momento aqui... Eu fiz uma visita ao Secretário de Segurança e lá eu conheci, há um mês e pouco atrás, exatamente o trabalho que nós aprovamos aqui na Casa no ano passado que era o Vigia Mato Grosso.

E aí, Beto, você que participou efetivamente dos primeiros quatro anos do Governo Mauro Mendes, queria dizer que o projeto é fantástico.

O projeto Vigia Mato Grosso, que o Governador já adquiriu as 15 mil câmeras que vão ser distribuídas nos 141 municípios, é realmente uma revolução na segurança pública.

Esse projeto, pelos números que nós temos de experiências em outros locais, em outras localidades, vai baixar de cara mais de 40% os índices de violência do Estado e poderão chegar a 80% conforme for o acompanhamento disso.

Essas câmeras serão distribuídas pelas cidades. Só para ter um exemplo de números, Wilson, em Várzea Grande serão 1.700 câmeras instaladas, 1.700 câmeras, em Cáceres nós teremos 440 câmeras, em Chapada 79 câmeras, e assim vai para todos os municípios... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto, Deputado.

O SR. CARLOS AVALLONE - Obrigado.

Em Cuiabá serão mais de 5.000 câmeras.

Realmente nós vamos viver um *big brother*. Aquelas pessoas que são muito espertinhas têm que tomar cuidado porque vão ser vigiadas em todos os momentos. Seremos todos acompanhados. Portanto, é um trabalho importantíssimo, o nível de vigilância que nós teremos aqui será superior à cidade de Nova York, nos Estados Unidos, e será o Estado mais vigiado da América Latina. Então, isso realmente é uma revolução.

Quero parabenizar aqui toda a equipe de segurança é do Governador Mauro Mendes, principalmente ao Governador Mauro Mendes, por esse olhar e esse investimento importantíssimo na segurança pública. Isso faz a diferença.

Secretaria de Servic Investir na se gurança pública para diminuir os índices é investir na geração de emprego, é investir... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) — Deputado Avallone, em que pese os dois temas abordados serem de altíssima importância, eu tenho que ser justo, porque adotei um critério aqui de conceder só um minuto de acréscimo. Mas já vou inscrever vossa excelência como primeiro na Explicação Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Próximo inscrito, o Deputado Dr. Eugênio. Em seguida, Valdir Barranco.

O SR. DR. EUGÊNIO – Muito bom dia aos colegas Deputados.

Muito bom dia a quem nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia.

Quero, Presidente, primeiramente, parabenizar todas as mulheres do nosso querido Mato Grosso, as nossas mulheres do Araguaia, a minha esposa Patrícia, minhas filhas, as minhas sete irmãs em Minas Gerais, minha mãe, enfim, um dia extremamente especial para aquelas que são tão especiais nas nossas vidas.

Aproveitando o ensejo, nós estamos propondo um projeto de lei que dispõe sobre a instituição da Semana Estadual de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana em que recai o dia 08 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Presidente, eu fiz um apelo para que vossa excelência nos concedesse esse tempo já que as inscrições estavam encerradas, porque nós estamos aqui, e queria entregar, com o relatório de atividades da Comissão Especial de Zoneamento.

Essa comissão foi criada pela Mesa Diretora aqui na Assembleia Legislativa e nós tivemos a oportunidade de acompanhar todos os entes envolvidos nesse tema zoneamento, que é um tema que está travando o nosso Estado de Mato Grosso, um tema que já era para ter sido resolvido lá em 2011, quando esta Casa votou o zoneamento, mas o Tribunal de Justiça mandou cancelar, que trava o nosso Vale do Araguaia, que trava o Vale do Guaporé, e nós pedimos esta semana que os líderes dos blocos encaminhasse os nomes dos titulares e suplentes.

Mas eu quero fazer um apelo a esses nomes que vão fazer parte do zoneamento, porque nos dois últimos anos nos quais nós trabalhamos o tema zoneamento somente eu e Deputado Cattani fizemo-nos presentes de forma intensa para trabalhar esse tema zoneamento, tema que envolve Mato Grosso, um tema que que depende do agro, que depende da pecuária, que depende do meio ambiente.

Se nós não votarmos e decidirmos e pacificarmos definitivamente essa questão envolvendo o zoneamento, vamos continuar travados aqui no Estado de Mato Grosso.

Então, estou encaminhando, Presidente, o relatório.

(O DEPUTADO EXIBE O RELATÓRIO DA TRIBUNA.).

O SR. DR. EUGÊNIO – Agradeço a Mesa Diretora por conceder a renovação dessa Comissão Especial que será novamente recriada nesta Casa para que possamos continuar *pari passu* acompanhando esse trabalho da Seplag da comissão dos 33 membros que acompanham e que estão já em fase final de conclusão do tema zoneamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Esse tema divide o Estado, excelência.

Esse tema é extremamente importante.

O Parlamento tem que ter coragem, ex-Governador Júlio Campos, tem que ter coragem.

Secretaria de Servic Faltou coragem no passado aqui. Esse tema é um divisor de águas para o futuro de Mato Grosso. Há muita resistência do setor produtivo. Há muita resistência.

Próximo inscrito, o Deputado Valdir Barranco. Em seguida, o Deputado Faissal. Ainda inscritos os Deputados Elizeu e Doutor João.

Dr. João, que voltou a sorrir com sorriso de orelha a orelha. Vamos depois descobrir o motivo dessa alegria toda. O Santos não é, porque está só perdendo.

Deputado Valdir.

O SR. VALDIR BARRANCO - Inclusive o Santos lutou para não ser rebaixado no Campeonato Paulista, não é, doutor João?

Presidente Wilson Santos, nobres colegas, público aqui presente, imprensa.

De modo especial às mulheres mato-grossenses, e eu quero depois dedicar o nosso Grande Expediente para falar um pouco sobre a importância do dia de hoje.

Sintam-se todos e todas cumprimentados e cumprimentadas.

Quero saudar aqui o grande vitorioso desta semana, Deputado Juca do Guaraná, que começou a segunda-feira com uma grande conquista no TSE, com o Ministro Lewandowski reconhecendo o seu direito à cadeira. Que assim seja também na votação no Pleno para que vossa excelência possa estar conosco aqui nas lutas durante esses quatro anos.

Parabéns!

Quero aqui, senhor Presidente, apresentar um requerimento ao senhor secretário de Estado de Saúde a fim de requerer providências quanto à situação da falta de insumos para a realização de cirurgias ortopédicas no Hospital Regional de Alta Floresta Albert Sabin.

Tenho recebido inúmeras denúncias. Lá no hospital tem pacientes fraturados e o médico chegou a escrever quais os insumos estavam faltando, dias e dias, e as cirurgias não avançam. Então, que o secretário possa tomar providências.

Requerimento ao senhor Governador do Estado de Mato Grosso, ao Secretário de Segurança Pública, a fim de requerer informações sobre quantas mulheres eram contratadas pela Secretaria de Justiça de Segurança Pública para os cargos de agente de segurança socioeducativo e assistente do sistema socioeducativo até o ano de 2020.

Requerimento ao senhor Governador do Estado e ao senhor Secretário de Segurança Pública, a fim de requerer informações sobre a previsão de entrega das seis novas unidades socioeducacionais em Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças, Sinop, Cáceres, Tangará da Serra, e a reforma da unidade de Lucas do Rio Verde.

Indicações:

Indicação à senhora secretária de Estado de Agricultura Familiar, Teté Bezerra, sobre a necessidade de solicitar a perfuração de dois poços artesianos no bairro Cristo Rei, do município de Vila Rica.

Indicação ao senhor Governador do Estado de Mato Grosso sobre a necessidade de prorrogar o concurso público para preenchimento de cadastro reserva para os cargos de agente de segurança socioeducativo e assistente do sistema socioeducativo, concurso público nº 001/2018, de 1º de agosto de 2018.

Dois projetos de lei... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. VALDIR BARRANCO - Dois projetos de lei também nesse dia tão importante, que é o Dia Internacional das Mulheres, que temos alegria de celebrá-lo nesta Sessão de hoje.

Um projeto de lei que cria o Programa Mulheres na Cultura no âmbito do Estado de Mato Grosso. Cos Legislativos

E o projeto de lei que cria a campanha permanente mulher no volante segurança constante no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Projeto de lei que dispõe sobre direito de o contribuinte ter acesso a meio de forma de pagamento digital para quitação de débitos de natureza tributária taxa de contribuições.

Projeto de lei que assegura o procedimento de fornecimento de óculos para toda criança portadora de transtorno de espectro autista e transtorno de déficit de atenção com hiperatividade.

Projeto de lei que dispõe sobre a transparência na divulgação do quantitativo de pessoas que aguardam consultas, exames, cirurgias especializadas na rede estadual de saúde.

São as nossas contribuições, proposições na data de hoje, senhor Presidente.

Muito obrigado.

Dr. João.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Valdir Barranco. Próximo inscrito, Deputado Faissal. Em seguida, Deputado Elizeu Nascimento e

O SR. FAISSAL - Senhor Presidente, nobres Pares, imprensa que nos acompanha, TV Assembleia, Rádio Assembleia e todos que estão nas galerias.

Um abraço especial a todas as mulheres que nos acompanham pelo seu dia, dia 8 de março.

Senhor Presidente, estou aqui para fazer uma indicação a pedido do nosso suplente de Deputado estadual, vereador Adenilson Rocha, do município de Sinop, que requer a instalação de 10 leitos de UTI pediátrica na sua cidade, Hospital Regional de Sinop.

Essa é uma súplica que nós encontramos em todas as cidades do Estado de Mato Grosso.

E ontem com a fiscalização que nós fizemos do Hospital Santa Casa pudemos perceber que há uma grande demanda pediátrica aqui inclusive no município de Cuiabá de pessoas que vem do interior e que não estão tendo acesso à nossa saúde.

O que mais me deixou abismado ontem foi que a pediatria estava lotada, abarrotada. A capacidade de atendimento diário é de 120 pessoas e estão atendendo mais de 300, Deputado Wilson Santos.

No passado este parlamentar pediu a instalação do hospital pediátrico. Temos que lutar, e eu peço aqui a todos os nobres Pares para que façamos do Hospital Santa Casa um hospital Pediátrico de Mato Grosso. É inconcebível até hoje o nosso Estado não ter um hospital pediátrico, diferente de todos os demais entes federativos.

Mato Grosso está ficando para trás e nós precisamos agir, agir em prol da nossa população.

Então, como vocês podem perceber, e eu tenho certeza que no gabinete de vossas excelências têm bastante pedido de saúde, inclusive direcionadas a pediatria - essa não é uma súplica só do Deputado Faissal -, eu tenho certeza que todos vocês vão assinar embaixo, e depois da instalação desses novos hospitais, hospital Central aqui em Cuiabá, Júlio Müller também, eu tenho certeza que tem viabilidade para transformarmos o Hospital Santa Casa num hospital pediátrico.

Eu venho aqui requerer novamente a todos vocês indicar ao nosso Governador essa

súplica.

Era só isso.

Muito obrigado a todos os Pares.

Tenham todos um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Faissal!

ria de Servic **Próximo inscrito, o Deputado Elize**u Nascimento.

Em seguida o Dr. João, que é o último inscrito e passaremos, então, para a Ordem

do Dia.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, TV e Rádio Assembleia e todos que nos acompanham aqui das galerias.

Escola Sagrado Coração de Jesus, conte com o apoio do Deputado Elizeu Nascimento... (APLAUSOS)

Aprovados aqui que aguardam ansiosos a votação dos vetos para derrubada, quero dizer que ontem na sessão da CCJ esse projeto que foi aprovado nesta Casa e lançado ao governo sancionar estava com o parecer pela manutenção do veto.

Então, quero dizer aos aprovados que eu fiz um pedido de vista, porque quando vem para o Plenário com a manutenção do veto sugerido, a probabilidade de derrubada é muito menor do que muitas vezes trabalharmos com a Mesa Diretora, até porque o autor do projeto é o Deputado Botelho, e falei com ele hoje, para que seja reanalisado o parecer e vermos se conseguimos fazer uma melhora nesse parecer.

Então, quero dizer a vocês que fiz o pedido de vista para que possamos buscar melhoria nesse parecer para vocês em defesa da convocação de todos e que possamos ter o máximo de policiais militares convocados neste concurso, assim levaremos muito melhor segurança para o cidadão mato-grossense. Está *ok*?

Senhor Presidente, começamos aqui também as nossas indicações direcionando ao Governo do Estado e à Secretaria de Segurança Pública, na pessoa do Coronel César Augusto Rover, a convocação de 39 aprovados do concurso público do CFO do bombeiro. Ou seja, nós temos 39

aprovados e uma divisão muito grande, na qual poderia ser feita em apenas uma turma, a previsão está para duas turmas e o déficit é muito grande.

Para a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer indicamos a necessidade de viabilizar *kits* de materiais esportivos para atender os municípios de Rosário Oeste, Tesouro, Santo Afonso e Nobres.

Agradecemos a Secretaria de Fazenda, senhor Presidente, ao senhor Rogério Gallo, secretário, por ter prorrogado Refis e o Regularize, podendo, assim, os contribuintes pagar com... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Pagar com descontos de até 95% nos juros os débitos de IPVA e ICMS e ITCD até 28 de abril, uma indicação que nós fizemos aqui na sessão anterior.

Quero aqui dizer ainda da nossa visita a Rondonópolis às escolas cívico-militares, que é algo que tem dado grande resultado.

Aos aprovados, peço que desçam para fazermos uma reunião bem breve, que vou explanar melhor para vocês a situação desse pedido de vista.

Obrigado.

Que Deus abençoe a todos.

Um feliz dia das mulheres a todas as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Elizeu!

Próximo inscrito e último, Dr. João José.

O SR. DR. JOÃO – Senhor Presidente, caros colegas, impressa que nos assiste, galerias presentes. Obrigado pela presença de vocês.

Em primeiro lugar eu gostaria de parabenizar todas as mulheres do nosso Estado, principalmente da minha região do Médio Norte, que elas tenham um dia maravilhoso.

Secretaria de Servic Agradeço hoje aqui uma visita especial para mim, a visita da minha companheira Keila, da sua mãe e do meu assessor parlamentar Gilmarcio, muito especiais nas nossas vidas, um dia maravilhoso.

Deputado Faissal, eu não vou nem falar sobre um projeto de lei, eu vou dar continuidade ao que o senhor falou sobre pediatria.

Eu sou médico há 40 anos e conheço, como poucos este Estado. Eu acho que está na hora de investirmos principalmente em UTIs, não só pediátrica, como neonatal também, nas cidades-polos.

Não adianta colocar cem leitos em Cuiabá e as pessoas terem que andar de ambulância para sair do interior para internar a criança e essa mãe não ter onde ficar.

Então, se investirmos nas cidades polos e eu tendo pediátrica e neonatal, vai diminuir aqui.

Eu estava conversando com o senhor e com o meu querido amigo Deputado Júlio Campos em transformar o Hospital Santa Casa, além de um hospital pediátrico, podemos fazer um hospital da mulher e da criança. Resolveríamos muito o problema de saúde do nosso Estado.

Então, o senhor seja bem-vindo à Comissão de Saúde, Deputado Júlio, presente conosco, e vamos lutar junto com vocês todos, Paulo Araújo, Deputado Lúdio, nosso Presidente, vamos lutar e vamos trabalhar muito nesses quatro anos para melhorar a saúde deste Estado.

Um grande abraço. Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Dr. João!

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM: https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&ses

<u>saoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=8057&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search=)</u>

GRANDE EXPEDIENTE (NÃO HOUVE)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos à Ordem do Dia.

Vamos começar colocando em discussão todas as indicações dos senhores Deputados.

Em discussão as indicações. Não havendo colega que queira discuti-las, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Todas as indicações aprovadas.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Moções de Pesar, do Deputado Wilson Santos, pelo falecimento do ex-presidente da Câmara Municipal de Sinop e também ex-presidente do Sinop Esporte Clube Altair Cavaglieri.

Moção de Pesar, autor Deputado Gilberto Cattani, pelo falecimento do senhor José Renato Cazanelli.

Moção de Pesar, autor Deputado Max Russi, pela passagem de oito pessoas envolvidas em um grave acidente ocorrido entre uma carreta e um ônibus que trafegavam pela Rodovia 174 no último domingo, 5 de março.

Em discussão as moções. Não havendo quem queira discuti-las, eu coloco em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Moções aprovadas. (ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Moção de Aplausos, autor Deputado Wilson Santos, uma Moção que é dirigida a todas as mulheres, aqui cito algumas, Janaina Riva, Maria Helena Póvoas, Maria Odenil da Silva, Maria Aparecida Pinheiro, Virgínia Mendes, Jacy Proença, Juliana Maria Fortes e assim...

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a Moção, os que concordam permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Moção aprovada. (ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Moções de Aplausos: Deputado Valdir Barranco, Deputado Nininho, Deputado Elizeu e Deputado Alex Sandro.

Em discussão as Moções de Aplausos. Não havendo quem queira discuti-las, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Todas as Moções de Aplausos aprovadas.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Requerimento individualmente, do Deputado Wilson Santos, requer informações ao prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro sobre o transtorno do espectro autista, se a rede de saúde de Cuiabá oferta atendimento às crianças.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Requerimento, do Deputado Lúdio Cabral, direciona o requerimento ao secretário Alan Porto, de Educação, e solicita informações sobre a educação especial na escola estadual Nossa Senhora de Fátima, em Araputanga.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, o coloco em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram, os contratos se manifestem. Aprovado.

Três Requerimentos do Deputado Cláudio Ferreira.

Primeiro, o Deputado encaminha à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e quer saber informações sobre obras de conservação e estruturação do Parque Dom Osório, em Rondonópolis.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Outro requerimento do Deputado Cláudio Ferreira, desta vez endereçado à Secretaria de Fazenda, requer saber sobre a divulgação e transparência da distribuição dos recursos arrecadados pelo Fethab.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Outro requerimento do Deputado Cláudio Ferreira, ao senhor José Carlos do Pátio, prefeito de Rondonópolis, solicita relatório acerca dos recursos recebidos do Fethab e sua respectiva aplicação nos últimos cinco exercícios financeiros.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Secretaria de Servic Requerimento, autor Deputado Valdir Barranco, requer providências em relação ao assédio sexual e tortura que ocorreu no curso do grupo de intervenção rápida.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Autor Valdir Barranco, outro requerimento, requer ao senhor secretário de estado César Augusto Camargo Rover, secretário de Segurança Pública, informações sobre quantas mulheres eram contratadas pela Sejudh para os cargos de agentes de segurança socioeducativo e assistente do sistema socioeducativo até 2020.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Outro requerimento, autor Valdir Barranco, informações sobre a previsão de entrega das seis novas unidades socioeducativas em Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças, Sinop, Cáceres e Tangará da Serra.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Requerimento, autor Valdir Barranco, requer informações a fim de requerer providências quanto à situação da falta de insumos para a realização de cirurgias ortopédicas no Hospital Regional de Alta Floresta Albert Sabin.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE).

Requerimento, autor Deputado Gilberto Cattani, requer ao senhor Superintendente Regional da Polícia Federal o fornecimento de dados e informações acerca de ocorrências registradas com o uso de armas de fogo.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE).

Requerimento, autor Deputado Gilberto Cattani, requer ao secretário de Estado de Segurança Pública, César Rover, o fornecimento de dados e informações acerca de ocorrências registradas com o uso de arma de fogo.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE).

Passo a Presidência ao Titular...

(OS DEPUTADOS DIALOGAM FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) — Requerimento, autor Deputado Cláudio Ferreira, solicita a realização de audiência pública a fim de discutir assuntos referentes à situação atual, manutenção, recuperação, investimentos e possibilidades na qual o governo propõe por meio da MTPAR ser acionária da concessão da BR 364/163 ao longo de 822,8 km, principalmente percurso de Rondonópolis/Cuiabá/Sinop, a ser realizada em Rondonópolis, no dia 24 de março de 2023, às 18h.

Em discussão o requerimento do Deputado Cláudio Ferreira. Não há quem queira discuti-lo. Em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. (ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Requerimento, do Deputado Thiago Silva, solicita audiência pública para debater o tema Saúde Mental e a rede de atenção à pessoa com Esquizofrenia.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Requerimento, autor Deputado Thiago Silva, solicita sessão especial para a entrega de honrarias a pastores, servidores públicos e demais profissionais pelos relevantes serviços prestados a Mato Grosso, a ser realizado dia 11 de maio.

Em discussão. Não há quem queira discuti-lo. Em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Último requerimento, do Deputado Thiago Silva, propõe audiência pública sobre a industrialização em Mato Grosso, a ser realizada no dia 18 de maio, a partir das 9h, na sala de comissões.

Em discussão. Não há quem queira discuti-lo. Em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Requerimento está aprovado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Valdir Barranco solicita a retirada do PL 1.274/2019, de sua autoria.

Em discussão. Não há quem queira discutir. Em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Requerimento aprovado.

Senhor Presidente.

(O SR. EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos, então, todos estão com os tablets? Beto?

Júlio Campos, tablet?

Fabinho está com tablet?

Então, vamos começar pela LOA.

O veto é este aqui?

Veto nº 21. Vocês têm? O 21 é o da Lei Orçamentária. Veto...

A sequência aqui já estava... É o que já foi encaminhado na Ordem do Dia para vocês. Está bom? Para facilitar, vamos seguir essa sequência para vocês acompanharem.

Então, é o Veto nº 107, uma vez que o Veto 97 não foi liberado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Veto nº 107, Mensagem nº 153/2022, Veto total aposto ao Projeto de Lei nº 731/2022, que altera o disposto no art. 42 da Lei nº 11.549, de 27/10/2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências. Esse projeto é de autoria da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada.

Em discussão...

Secretaria de Servic A orientação aqui é que, na verdade, esse veto ele perdeu o sentido. Então, o ideal é que se mantenha esse veto, porque ele não tem mais sentido, era referente à LDO/2022.

Então, lembrando que votam sim os Deputados favoráveis.

Vejam bem, entendam bem aqui. Prestem atenção, por favor, aqui Deputados. Quando você vota sim, você está dizendo sim para a matéria, quando você diz não, você está dizendo não para matéria, ou seja, você está favorável a manter o veto. Certo? Entenderam?

Se o veto derrubou a matéria e você é favorável a ela, você vota sim, ou seja, você vota sim, é para derrubar o veto; não é para manter o veto...

(DIÁLOGOS PARALELOS FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para derrubar o parecer...

(DIÁLOGOS PARALELOS FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não. Mas o veto, não é?

O veto... Na verdade, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Só que quando você vota veto... Quando você vota veto, você vota... Na verdade, você não está votando o parecer, você está votando, sim, à matéria. Pelo menos é o que está escrito no Regimento. Quando você vota sim, você está sendo favorável à matéria, independente do parecer da comissão...

(DIÁLOGOS PARALELOS FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim derruba, não mantém o veto. Entenderam? É o Regimento.

Na verdade, nós fazíamos em cima do parecer da comissão, mas o Regimento diz

Pega o Regimento onde fala sobre isso, por favor. Sim, por favor.

(DIÁLOGOS PARALELOS FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

que...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Seria sempre, Dilmar, interessante, você como Líder do Governo, e o Beto, vocês fazerem o encaminhamento: "ordem do Governo, o Governo pede que votem sim; pede que votem não..."

(DIÁLOGOS PARALELOS FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu acho que sempre foi assim, não é?

Eu acho que sempre foi assim. Eu não sei...

Dilmar, eu não me lembro de ser diferente.

(DIÁLOGOS PARALELOS FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Olhem aqui. Pega veto. Pega aqui vetos.

Olhem o art. 304, parágrafo único.

Olhem bem: "votarão SIM os Deputados favoráveis ao dispositivo votado, e NÃO os favoráveis ao veto." Está bem claro aqui no art. 304, parágrafo único.

O Barranco diz que está com uma anotação aqui de 2018 que era isso que ele fazia. Então, não tem nada diferente.

Então, em discussão...

Dilmar, orienta a votação.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu vou seguir o Regimento, porque vossa excelência é escravo do Regimento.

Secretaria de Servic Vossa excelência está colocando o veto 107, não está indo na sequência, que é o 97. Vossa excelência, pois, o 107, não é?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) — Não. Foi porque o 97 não foi disponibilizado pela CCJR.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Mas está o 107...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Pediram vista e está o 107 como segundo.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – O 107 vossa excelência até falou que ele já perdeu o objeto, até porque trata da LOA de 2021 e nós estamos já no exercício de 2023. Por isso, peço para a base do Governo votar não, até porque perdeu o objeto dessa matéria e votando não se mantem o veto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Vamos lá.

Alex Sandro, guardando votação.

Beto.

Elizeu.

Nininho.

Deputado Elizeu, por favor, vamos encerrar a votação.

Com 04 votos sim, 17 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Veto nº 110/2022, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 238/2022, que dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal denominada de "Vale do Rio Cuiabá", no trecho que interliga as Rodovias MT 240 a MT 140, localizadas nos municípios de Nobres e Rosário Oeste. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão...

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, eu só queria aqui justificar.

É um projeto de autoria do Deputado Nininho e lá atrás eu pedi até para vossa excelência, na legislatura passada, para iniciar esta legislatura, e aqui não me lembro agora qual Deputado está como presidente da Comissão de Infraestrutura da Assembleia, para que apresentássemos um projeto de lei de procedimentos para a estadualização.

Nesse caso aqui, o Deputado Nininho está fazendo, o que eu acho interessante inclusive e por isso eu deixo liberada a base da minha parte aqui. Ele interliga duas rodovias. Então, tem sentido na criação quando você interliga duas rodovias, que são a MT-140 com a MT 240. Então, é uma interligação. É a mesma coisa quando você interliga um município a outro município. Então nós temos que abrir urgente, pela Comissão de Infraestrutura, um procedimento para a estadualização de rodovias dentro do Estado.

Esse é um tipo de procedimento que ele seria plausível – não é, Deputado Sebastião? - que nós já discutimos há tempos atrás na Comissão de Constituição Justiça e Redação.

Então, eu deixo aqui a base liberada na questão desse projeto.

E fico também, aqui eu sei que talvez o Deputado Dr. Eugênio vai falar de algumas outras situações que muitas vezes têm... Ou o próprio Governo. Lembro-me que aprovou, não vetou um projeto, até, salvo engano do ex-Deputado Baiano Filho, e agora nesse caso veta.

Então, temos que achar os procedimentos, conversar com o Governo, com a Secretaria de Infraestrutura, Beto, para que façamos os procedimentos para a estadualização de Mato Grosso nessas rodovias.

Secretaria de Servic O L SR. (PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar, estou encaminhando - já pedi para a Mesa fazer um encaminhamento - para a Comissão de Infraestrutura para que eles estudem e criem um critério.

Vão estar nessa comissão o Deputado Sebastião Rezende, o Deputado Nininho, o Deputado Cláudio, a Deputada Janaina, o Deputado Valmir Moretto, e parece-me que o Moretto é o Presidente.

Nininho, é isso?

Então, nós estamos pedindo para eles fazerem um estudo, criar alguns critérios para isso, porque o secretário me disse que o Estado iria fazer, mas eu acho que quem tem que fazer isso é a Assembleia Legislativa. Essa é uma prerrogativa da Assembleia e tem que continuar sendo da Assembleia. Precisamos criar procedimento? Sim. Mas não pode deixar de ser uma prerrogativa nossa aqui do Parlamento.

Deputado Nininho, para discutir o projeto.

O SR. NININHO – Senhor Presidente, colegas Deputados, quero primeiro agradecer o nosso Líder Dilmar pela sensibilidade para a derrubada desse veto, haja vista que eu apresentei esse projeto, Botelho, a pedido de alguns proprietários dessa região.

É uma região que... Os municípios por onde vai passar essa rodovia, onde existe, são municípios aqui da Baixada que infelizmente não têm o mesmo privilégio de muitos outros demais municípios de economia mais forte, municípios de economia exaurida, então, nada mais justo... E aqui, por se tratar da Baixada Cuiabana, eu acho que temos aqui um número expressivo de Deputados, a exemplo aqui do nosso guerreiro aqui, nosso ex-Senador Júlio, que hoje é um orgulho está nesta Casa, com certeza é de interesse de todos que se estadualize essa Rodovia, até porque ela

liga duas MTs importantes, liga a 240 aqui em Nobres, Bom Jardim, onde acessa a região da Emal, que liga a MT 140, que é no município de Nova Brasilândia, Planalto da Serra, essa região.

Então, quero deixar aqui o pedido de voto. Eu acredito que é uma ação importante. Realmente acho que tem que ter critério, analisar e a Assembleia tem que avaliar, esta Casa tem que participar, sim. Onde for importante nós precisamos, sim, passar à responsabilidade do Estado.

Não podemos deixar hoje, Botelho, somente para dizer uma meta: tinha 5 mil e fizemos tanto. Não tem problema.

Quando for apresentar o número, apresenta: "quando iniciou nosso Governo tinha tantos mil estaduais, pavimentamos tantos e estadualizou mais tanto..."

Agora nós não podemos simplesmente, pelo desejo de mostrar que fez, não querer fazer o que é prorrogativa e estadualizar essas estradas importantes para o desenvolvimento do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DR. EUGÊNIO – Presidente, quero aqui parabenizar o Deputado Nininho pela apresentação do projeto de estadualização.

Eu só queria ressaltar a questão exatamente disso que o senhor colocou dos critérios. Eu mesmo apresentei várias estadualizações de rodovia e por orientação do Líder do Governo projeto de estadualização não poderia ser apresentado nesta Casa.

Então, não dá que para alguns Deputados, para alguns Deputados os projetos o Líder do Governo fala para votarmos para que seja estadualizado e para outros não.

Nós temos que fazer exatamente isso que o senhor está propondo, criar essa comissão para que possamos, dentro de critérios, não de indicações políticas que favoreçam a, b ou c, mas dentro de critérios técnicos possamos propor as estadualizações no Estado de Mato Grosso. O que não dá para aceitar é que somente alguns projetos de estadualização - a gente vê -, vem aqui o Líder do Governo pedir para que... Libere a base para que possa aprovar o projeto.

Fica essa minha ressalva, Presidente.

O SR. FAISSAL - Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) — Para a discussão o Deputado Faissal. Depois o Deputado Fábio.

O SR. FAISSAL - Só para completar a fala do Deputado Eugênio – parabéns, Eugênio! -, é isso. Com certeza não dá para analisar sim para uns Deputados e não para outros, fazendo como medida ser ou não ser da base.

Inclusive na pauta hoje, senhor Presidente, o nº 26, o Veto 21/2023, desculpa, o Veto 20/2023 é um veto também de nossa autoria que fala sobre a estadualização de uma estrada dentro do município de Paranatinga.

Então, se usarem como parâmetro a derrubada para a questão do presente projeto de lei de autoria do Deputado Nininho, eu vou pedir para os nobres Pares também já, estendendo a mesma decisão, para derrubar o veto com relação ao nosso projeto. Está *ok*?

Não podemos usar dois pesos e duas medidas.

Parabéns, Deputado Eugênio, pela postura.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Fábio Tardin.

O SR. FABINHO - Nobre Presidente, venho aqui falar a respeito desse veto de autoria Deputado Nininho, esse projeto.

Quem conhece bem a Baixada Cuiabana sabe da necessidade, principalmente daquela grande região, que para podermos trafegarmos ali, se o cidadão resolver interromper, ali já tem ponte, uma ponte de concreto, Dr. Júlio Campos, de passagem, porque eu passei lá, conheço a

realidade daquela localidade, precisamos derrubar esse veto para que o Estado assuma de uma vez por toda, até porque ali vai escoar, Deputado Wilson Santos, safras, vai escoar sim, mas tem vários, a maioria lá é de pequenos produtores que não tem condições, que terá de retornar para Bom Jardim, para outro lugar, para poder chegar no objetivo final.

Então, eu peço aqui aos nobres Pares derrubar esse veto, que é importantíssimo para a Baixada Cuiabana.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Diego.

Depois Wilson Santos, para encerrar essa discussão.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente, eu quero muito fazer coro aqui ao que foi dito pelo Deputado Dr. Eugênio. É uma preocupação que eu sempre tive na minha vida parlamentar, agir com coerência.

Não dá de... Ontem mesmo na pauta da CCJR eu tirei dois projetos de pauta, senhor Presidente, dois deles inclusive sob minha relatoria, porque um tinha o parecer de uma forma e o outro de outra e eu sabia que tinha esse projeto hoje na pauta que tinha parecer favorável pela derrubada.

Então, nós temos que seguir uma linha de coerência, senão, daqui a pouco... Somos cobrados por aquilo que agimos.

Se nós pegarmos esse projeto em questão que liga a Rodovia MT 240 a MT 140, inclusive no *site* da Sinfra há um prosseguimento de estadualização de rodovias, um dos requisitos é justamente isso, está aqui, o item 2, 2.1, item j, conectar duas ou mais Rodovias Federais e/ou estaduais. Então, precisa muito que a nossa Comissão de Infraestrutura se debruce sobre o assunto, crie critérios claros, para que não fiquemos em um cenário de mais tarde sermos pegos por incoerência, votando projetos semelhantes de forma diferente.

Então, também votarei favorável à derrubada do veto, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Secretaria de Servic Então, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, colegas Deputados.

Mato Grosso é um Estado incrível.

Eu acho que o governador assinou esse veto sem ler.

Eu tenho andado essa região, senhor Presidente, Serra Azul, é lá que nasce o Rio Cuiabá, lá que nasce o Cuiabá do bonito, lá que nasce o Cuiabá da larga, ele se une para formar o Cuiabazinho, o Cuiabazinho desliza por 124 km para encontrar com o Manso e daí nasce definitivamente o Rio Cuiabá.

O que aconteceu, Governador Júlio Campos, é como diria aqui o ex-Deputado e saudoso Luiz Soares: "a turmada sabida já foi nessa região e comprou todas as terras".

Numa dessas expedições levei o prefeito de Rosário, Alex Berto, e nos deparamos com asfalto, com mais de 20 km de asfalto feito no município dele, sem ele ter conhecimento. Ele não sabia.

Falei, amigo, (RISOS) esse Mato Grosso é impressionante. O que tem de gente sabida neste Estado de Mato Grosso!... Compraram tudo. Compraram tudo.

Fabinho, aqueles pequenos proprietários que você se referiu aqui estão cada vez menos, estão vendendo tudo e a soja entrando, arregaçando tudo.

Por isso que nós temos que ter o zoneamento agroecológico aqui, doutor Eugênio! E esta Casa não teve coragem em legislaturas passadas de levar a cabo um trabalho excepcional feito por este Parlamento.

E aí vocês verão quem é que resiste ao zoneamento agroecológico, porque essa soja que está sendo plantada lá provavelmente vai empurrar sedimentos para o Pantanal, veneno para o Pantanal.

Nós temos que tomar cuidado. Este Estado precisa desse zoneamento, definir onde pode e onde não pode plantar isto ou aquilo.

Então, nós temos andado muito essa região, de canoa, de barco, a cavalo, a pé, de carro.

É uma região que está nascendo, Deputado Botelho, e nós precisamos colocar os olhos nessa região, é onde nasce o Rio Cuiabá. Tem uma APA nisso aí, tem uma decisão da Justiça Federal contra um projeto que circulou nesta Casa em relação a tudo isso. Então, é muito delicado.

É muito delicado essa região, é a região da Serra Azul, é a região do Bom Jardim, inclusive aquelas rodovias ali asfaltadas foram feitas para correr carro pequeno, para estimular o turismo e hoje carretas bitrem estão destruindo aquele asfalto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Principalmente nas curvas.

Os municípios de Nobres e Rosário precisam ser analisados com cuidado. Há uma fragilidade ambiental ali. Ali nasce importantes cursos d'água e eu já disse aqui que a Baixada Cuiabana não tem aquífero. Nós não temos o mar de água doce subterrâneo. Nós só vivemos das águas superficiais. Se nós contaminarmos essas águas as futuras gerações pagaram muito caro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok, Deputado Wilson Santos.

Vamos para a votação, lembrando que sim derruba o veto e não mantém o veto.

Vamos lá. Vamos votar Lúdio Cabral, Júlio Campos, Elizeu, Paulo Araújo, Juca do Guaraná... Vamos lá, Juca do Guaraná. Elizeu Nascimento, Paulo Araújo.

Vota, Paulo. Ah, já votou.

Secretaria de Servic O SR. PAULO ARAÚJO - Não. Não votei, em bleia Legislativa

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não?

O SR. PAULO ARAÚJO – Sem sinal de internet. Estou sem conexão. Não consigo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Tem que melhorar essa internet

sua.

mantido.

Mas ele está conectado. Está aparecendo.

Vem aqui para o Plenário, Paulo. Você está no seu gabinete. Deixa de... Vem aqui. Vamos encerrar a votação... Ah, brincadeira. São 10 votos sim e 11 não. O veto está

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Lamentável, viu! Foi explicado que foi liberado aqui para todo mundo votar.

Vamos para o próximo veto, o veto...

Agora é esse aqui, não é?

Veto nº 1/2023, do Deputado Ulysses Moraes, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 208/2022, que proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa condenada pelo crime de maus-tratos contra animais. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Diego Guimarães.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente, o projeto em questão tem boas intenções, percebo que o Deputado Ulysses Moraes tenta, por meio desse projeto que foi vetado pelo

Governo, impedir o exercício de cargo e emprego, função pública pessoa condenada por crime de maus-tratos contra animais.

Excelente projeto! Contudo eu faço uma ponderação, onde o veto do Governador está acertado, muito embora, respeito o parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça, o referido projeto traz uma pena em caráter perpétuo, porque não estabelece um prazo para que o cidadão que for condenado por maus-tratos de animais, quanto tempo ele ficará sem poder exercer um cargo público e no nosso país não existe, infelizmente, a nossa Constituição Federal veda, a pena em caráter perpétuo.

Então, acredito que esse projeto poderia ter sido aprimorado, inclusive estabelecendo um prazo, enquanto estivesse cumprindo pena, ou um prazo que fosse razoável.

Também, salvo engano, tem mais um projeto na pauta, mais um veto que trata da mesma situação, então, peço vênia para discordar da CCJR e votarei pela manutenção do veto, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Mais alguém para discutir?

Então, encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Lembrando que quem vota sim é a favor da matéria, quem vota não é contra e a favor da manutenção do veto. Sim derruba o veto e não mantem o veto.

Vamos encerrar a votação.

O Deputado Faissal vai votar. Só um pouquinho. Ele fica alugando minha cabeça e se esquece de votar.

Vamos encerrar a votação então.

Com 07 votos sim e 15 não o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Veto nº 2/2023, Mensagem nº 174/2022, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 772/2021, que dispõe sobre a vedação ao acesso a cargos, efetivos ou em comissão, empregos e funções públicas no Estado de Mato Grosso das pessoas condenadas pela prática de crime previsto na Lei Federal nº 13.834, de 4 de junho de 2019, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela manutenção do veto.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Diego.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente, apenas para esclarecer, inclusive para quem acompanha a nossa sessão hoje, que esse projeto, no mesmo sentido do projeto anterior, traz uma penalidade que é impedir o cidadão que tenha sido condenado, nesse caso, salvo engano, se é injúria eleitoral, calúnia eleitoral, algo assim, crime previsto na Lei Federal 13.834, de 2019, ele traz uma penalidade perpétua. O cidadão nunca mais vai poder estar em um cargo público, função pública, seja ela comissionada ou efetiva.

Então, seguindo a mesma linha de coerência, externo o meu voto, votarei pela manutenção do veto, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Encerrada a discussão.

Vamos abrir a votação.

Vamos, gente, vamos ser rápidos para acelerarmos. Nós temos 30 vetos.

Bom, então, pode...

Lúdio, você não votou?

Vamos encerrar a votação.

Com 08 votos SIM, 15 NÃO, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

Veto nº 03/2023, Mensagem nº 175/2022, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 96/2022, que cria o prêmio "Professor Nota Dez", para os educadores do ensino fundamental e médio da rede estadual no Estado de Mato Grosso, de autoria do Deputado Sebastião Rezende. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela manutenção do veto.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Senhor Presidente, quero aproveitar a oportunidade, senhor Presidente, para parabenizar vossa excelência pelo aniversário - meus parabéns! - e dizer da importância deste Parlamento, o Parlamento Estadual.

Nós fizemos a propositura do Projeto Autismo na Escola, Deputado Wilson Santos, o projeto infelizmente foi vetado pelo Governo do Estado, nós aqui não derrubamos o veto, mantivemos o veto e o Governo do Estado, a Secretaria do Estado de Educação, implantou o Projeto Autismo na Escola, que é fruto do trabalho desta Casa, da Assembleia Legislativa do Mato Grosso. (APLAUSOS)

Então, é importante que valorizemos o trabalho parlamentar.

Propusemos também esse Projeto Professor Nota Dez. É extremamente importante valorizarmos os nossos professores, não é?

Conversando aqui com o Deputado Dilmar, esse projeto tramitou aqui algum período e o Governo do Estado acabou implementando lá na Secretaria Estadual de Educação, premiando os bons projetos apresentados pelos professores, fruto também do trabalho desta Casa.

Então, é importante que a Assembleia Legislativa valorize, que os senhores Deputados valorizem os projetos apresentados pelos Deputados, por esta Casa, porque o Governo do Estado tem inclusive aproveitado, tem implementado lá e os projetos que nós apresentamos quase todos são vetados.

Apenas para fazer esse registro de que o projeto de autoria do Deputado Sebastião Rezende, Deputado Botelho, já está contemplado pelo Governo do Estado, fruto do trabalho desta Casa.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Questão de ordem, senhor Presidente.

Senhor Presidente, nós temos aqui o Veto 14, que é o item 17 da nossa lista, eu gostaria de pedir inversão de pauta - nós temos vários pais e crianças que estão aguardando aqui desde o início da manhã - para que possamos pautar e liberar as crianças e os pais que estão aguardando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Vou terminar essa votação e vou atender sua solicitação, Deputado.

Então, encerrada a discussão. Vamos para a votação do Veto nº 3/2023.

Pode abrir a votação.

Lembrando que sim derruba o veto e não mantém o veto.

Deputado Cláudio Ferreira e Deputado Wilson Santos, por favor.

Então, pode fechar a votação.

Com 07 votos sim e 16 não o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Veto nº 14/2023, Mensagem 194/2022, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 884/2022, que altera a Lei nº 6.980, de 30 de dezembro de 97, que autoriza a estadualização das escolas conveniadas que atendem a clientela em idade obrigatória de escolarização no Estado de Mato

Grosso, de autoria do Deputado Thiago Silva. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Ninguém para discutir. Vamos para a votação.

Pode abrir a votação.

Cumprimento a Neusa Novaes da Rocha, representante das instituições religiosas parceiras do Estado na área educacional. Obrigado pela visita.

Cumprimento também todos os estudantes da escola Sagrado Coração de Jesus que estão nos visitando. Obrigado pela visita.

Todos os demais que estão aqui nas galerias recebam os nossos cumprimentos.

Pode encerrar a votação.

Com 16 votos sim, 06 não, o veto foi derrubado.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS - APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Vamos... Esse é outro veto.

Veto nº 4/2023, Mensagem nº 176/2022, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 765/2020, que estabelece a capacitação em Língua Brasileira de Sinais-Libras como critério de desempate em concursos públicos e processos seletivos em âmbito estadual, de autoria do Deputado Dr. Gimenez. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Deputado Faissal, Deputado Juca do Guaraná e Deputado Silvano Amaral, por

Vamos fechar a votação.

Com 09 votos sim, 13 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

favor.

SE O PROJETO AO ARQUIVO) Veto nº 06/2023, Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 60/2020, que declara direitos para as pessoas com sequelas graves advindas de queimaduras e dá outras providências. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada.

Foi vetado o art. 3º que diz: "é assegurado à pessoa com sequela grave de queimadura tratamento cirúrgico integral das sequelas, bem como o fornecimento gratuito de órtese, prótese, malhas compressivas, silicones, dentre outros equipamentos necessários e/ou úteis à melhoraria clínica ou cirúrgica enquanto perdure a necessidade".

E o parágrafo único: "os tratamentos de reconstrução cirúrgica também serão assegurados gratuitamente às pessoas sequeladas".

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Lembrando que sim derruba o veto e não mantém o veto.

Eu particularmente, que sou autor do projeto, evidentemente vou votar sim.

Vamos para a votação, vamos encerrar a votação.

Com 16 votos sim, 6 não, o veto foi derrubado.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Segundo artigo vetado.

Art. 4º Todos os benefícios e isenções fiscais estaduais concedidos, que já são concedidos à pessoa com deficiência, serão também estendidos às pessoas que tenham sequelas graves de queimaduras, sequelas que são sequelas que são irreversíveis.

Então, encerrada discussão. Vamos para a votação.

Lembrando que sim derruba o veto e não mantém o veto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

É apenas estender para as pessoas que tiverem uma sequela grave de queimadura que são irreversíveis que já existe de direito para as pessoas com deficiência, nada mais do que isso.

Deputado Carlos Avallone, Fabinho...

Vamos votar. Vamos encerrar a votação.

Com 15 votos sim e 08 não, o veto está derrubado.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Art. 5º É direito das pessoas com sequela grave de queimadura o mesmo direito que já é dado às pessoas com deficiência, ou seja, transporte público intermunicipal gratuito.

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Deputado Beto, Carlos Avallone, Cláudio Decorador, Dilmar Dal Bosco, Deputado Fabinho, Deputado Juca do Guaraná, vamos votar. Agora só Beto, Júlio Campos, vota sim.

Vamos encerrar a votação.

Esse faltou um.

Com 12 votos sim e 10 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Qual é agora? Agora o da LOA, da LDO. Fazer por aqui, ok.

(VETO PARCIAL Nº 7/2023 DA LDO, AO PROJETO DE LEI Nº 573/2022, MENSAGEM Nº 182/2022, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.).

Veto ao primeiro artigo da LDO.

Art. 8º São metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2023 as ações que integrem:

I - programas finalísticos das áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Infraestrutura e Logísticas;

II - programas finalísticos das áreas de Fomento e Assistência Técnica de extensão rural em especial para Agricultura Familiar o desenvolvimento de novas culturas;

III - programas finalísticos das áreas de Promoção de Emprego e da qualificação Profissional e Tecnologia da força de trabalho;

IV - programas e projetos de interesse social especialmente habitacionais ou de saneamento básico os necessários ao desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural e os voltados para implementação de políticas agroambientais e de regularização fundiária, nos termos do artigo 314 da Constituição Estadual.

O SR. CARLOS AVALLONE – Deputado Botelho, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, o Deputado Carlos

Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - Nós fizemos aqui um parecer pela derrubada deste veto. Por quê? Porque, na realidade, foram determinados pela Assembleia, são prioridades desta Assembleia, a discussão da agricultura familiar, da qualificação, então, nós fizemos alguns ajustes. Não é recurso, não é dinheiro, não está mexendo em nada. Nós estamos só mostrando a prioridade para esses temas que nós 24 Deputados decidimos que são prioritários.

Então, nesse tema aqui nós tínhamos colocado, e isso vai prejudicar o PPA que já está aprovado, que eram ajustes para adaptar aquilo que nós estamos pretendendo como unanimidade da Casa - esses temas.

Então, isso acontece no Veto nº 1, no Veto 5 e no Veto 6 e 7. Quer dizer, esses nós precisaríamos derrubar para que atenda aquilo que nós decidimos, os 24 Deputados, e nenhum deles mexe com dinheiro, mexe com orçamento, mexe com recurso. Aqui é metas, é direcionamento,

conforme a Casa entendeu ser importante e decidiu que agricultura familiar e qualificação precisam ser prioridades.

Então, eu pediria...

Vai ser votado um por um, Presidente? Um por um que é votado? É votado um por

um Veto?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – É. O veto tem que votar um por

um.

O SR. CARLOS AVALLONE – Ok. Então, no Veto 1 eu gostaria de pedir ao nosso Líder que nos ajudasse aqui, e ao Presidente, para que a gente, são sete no total, que quatro desses a gente derrubasse, por favor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, na questão desse primeiro artigo que foi vetado trata de diretrizes que foram combinadas, que nós trouxemos, inclusive até no orçamento colocamos. Então, fica liberada a questão desse veto, desse veto específico, que são metas que nós colocamos, que inclusive vai ser implementado pelo governo, foi combinado com o governo do Estado a questão da qualificação, capacitação, salvo engano, que está sendo coordenado pelo Vicegovernador Otaviano Pivetta.

Então, fica a base liberada.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok, então.

O SR. CARLOS AVALLONE – Ok. Então, estando liberado, nós estamos pedindo voto sim ao parecer da comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, vamos para a votação.

(O SR. DEPUTADO VALDIR BARRANCO ASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Deputado Alex Sandro, votar.

Deputado Faissal falta votar também.

Encerrada a votação. Vamos encerrar. Vamos conferir a votação.

Com 18 votos sim, 05 não, o veto está derrubado.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Eu vou restituir aqui a presidência para o Deputado Eduardo Botelho.

(O SR. EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos para o - agora este aqui não é? - segundo veto.

Ele vetou o inciso II do artigo 16, alínea "o" do inciso II do art. 16, estimativa de pagamento de revisão geral anual da remuneração de subsídios dos servidores, empregados civis e Militares do Estado de Mato Grosso.

Isso aqui já perdeu sentido porque já foi feita a RGA. Não tem mais sentido.

Então, pode derrubar esse veto, porque já foi feita. Ele não tem mais objeto. Manter

o veto.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Não.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos para votação.

Pode encerrar a votação.

Com 08 votos SIM, 15 NÃO, o veto foi mantido.

Terceiro Veto. Vetou o art. 18.

Para o exercício financeiro de 2023, a aplicação do disposto na alínea "c" do inciso I do art. 15 da Lei nº 7.263, de 27 de março 2000, será fixado em 10% para financiamento de ações da agricultura familiar, vedado o uso para folha de pagamento, custeio e encargos sociais, sendo 50% para Secretaria do Estado de Agricultura e 50% para a Empaer.

Em discussão...

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Para discutir, Presidente.

Presidente, aqui eu pedi para a base votar não, até porque nós já fizemos a alteração. Acho que a maioria dos colegas, quer dizer, acho que quase todos aqui participaram quando nós fizemos uma alteração no Fethab e com o Fethab nós já atendemos essa demanda, tanto aqui da Secretaria de Agricultura Familiar-SEAP, como também Empaer, como está no orçamento, também para depois discutir um novo orçamento.

Então, perdeu o significado esse artigo ao orçamento.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, o Deputado

Assembleia Legislativa

Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, é muito mais para solicitar do líder um esclarecimento.

Aqueles 85 milhões que nós...

(O DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO FALA FORA DO MICRORONE – INAUDÍVEL.).

O SR. WILSON SANTOS - Esse vai entrar na LOA?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não. Não. Nós vamos discutir daqui a pouco.

O SR. WILSON SANTOS – Está ok. Já está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Esse aqui realmente foi atendido, o Dilmar falou. Fui eu que fiz essa emenda e depois foi atendido mesmo pelo Fethab.

Então, nós podemos votar não tranquilamente.

Secretaria de Servic Pode abrir a votação.

Vamos encerrar a votação.

Com 05 votos sim, 15 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Ouarto Veto.

Art. 54 Fica assegurada a suplementação orçamentária suficiente para suportar os aumentos decorrentes da implantação do art. 37 da Lei Complementar nº 441, de 24 de outubro de 2011.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – A emenda é do Deputado Estadual Eduardo Botelho, foi aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, também foi aprovada na Lei Orçamentária, há um veto sobre ela que analisaremos ainda nesta Sessão de hoje.

Eu quero aqui, inclusive na condição de servidor público estadual de carreira da Secretaria de Saúde, fazer a defesa da derrubada deste veto.

O que ele pretende é simplesmente assegurar nos recursos que já estão sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde as condições para o pagamento daqueles servidores públicos que optaram pela carga horária de 40 horas serem remunerados adequadamente pelo comprimento da carga horária de 40 horas.

Nós não podemos nos esquecer de que o Estado de Mato Grosso está há mais de 20 anos sem realizar concurso público na saúde estadual. Servidores estão se aposentando, o serviço se acumulando e os trabalhadores, para dar conta do cumprimento da demanda de serviços na Secretaria

de Estado de Saúde, pedem a ampliação da sua jornada para 40 horas e devem ser devidamente remunerados para essa finalidade e a secretaria negando a adoção da jornada de 40 horas e o pagamento correspondente...

(A PRESIDENTE DO SIDICATO FALA DAS GALERIAS – INAUDÍVEL.).

O SR. LÚDIO CABRAL - Contratando, inclusive.

Muito bem. Está aqui a presidente do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso, a nossa amiga Carmem, que é servidora aposentada.

E o Estado inclusive contratando mão de obra das mais variadas modalidades, ou contrato direto, ou contrato por terceirizada, quarterizando serviços.

Então, é para que a gente faça justiça. Não se altera em nada o orçamento do Estado. Apenas designa esta medida para que todos os processos para ampliação da jornada de trabalho para 40 horas sejam atendidos pela Secretaria de Estado de Saúde, sem que a secretaria alegue não ter recursos para essa finalidade.

Então, é isso. A defesa pelo voto sim, pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok. Vamos para...

O SR. LÚDIO CABRAL - Essa emenda, senhores, é do Deputado Eduardo Botelho, que preside esta Casa.

(MANIFESTAÇÃO DAS GALERIAS.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos para a votação então.

Vamos, Doutor Eugênio.

Juca do Guaraná.

Vamos lá, Dr. Eugênio, vamos fechar a votação.

Com 15 votos sim...

Volta lá para eu ver quantos votos sim e quantos votos não.

Com 15 votos sim, 06 não, o veto foi derrubado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Assembleia L O SR. LÚDIO CABRAL – Botelho, Presidente, eu queria já pedir, até para que a gente economize tempo e discussão, a inversão da pauta para que o senhor já coloque o veto da LOA, para que...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Estou na LDO. Estamos terminando os vetos da LDO.

O SR. LÚDIO CABRAL – Ah, você está na LDO, mas depois que concluir a LDO, entra nesse...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Depois nós vamos entrar.

Quinto Veto. Foi o quarto que voltamos, não é? Está ok.

Então o quinto Veto.

Inciso VII do parágrafo único do art. 61, fortalecer a agricultura familiar, a segurança alimentar, a economia solidária e fomentar alimentação saudável.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Pode abrir a votação.

O SR. CARLOS AVALLONE – Presidente, para discutir.

E esse Veto 5 é aquele mesmo que eu comentei. E falei do 1°, do 5°, do 6° e do 7°. O 5° é simplesmente uma redação: fortalecer a agricultura familiar, a segurança alimentar, a economia solidária e fomentar a alimentação saudável. É só isso. Não mexe com... É só dando prioridade. São alguns ajustes que temos que fazer para que isso possa ser uma prioridade. Então, não dá prejuízo, não dá nada, mas demonstra a prioridade. Ok?

Então, eu gostaria de pedir o voto sim.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Votem, então.

Vamos votar: Deputado Alex Sandro, Beto Dois a Um, Avallone, Elizeu, Fabinho, Juca do Guaraná, Júlio Campos.

Agora só Elizeu, Fabinho e Juca.

Vamos lá.

Elizeu, Fabinho, Juca, votem.

Vamos encerrar a votação.

Com 13 sim, 08 não.

Esse foi no pau da goiaba viu, Avallone.

O veto está derrubado.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Sexto Veto da LDO.

Art. 76 A Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia –Seciteci, fica autorizado a formalizar termo de parceria com organizações públicas ou privadas para realização de cursos de educação profissional e tecnológica visando atender demanda do mercado de trabalho.

- § 1º Nas parcerias firmadas com entidades privadas de fins lucrativos com sindicatos em nenhuma hipótese poderá ocorrer a transferência de recurso.
- § 2º Na Secretaria de Ciências, Tecnologias-Seciteci, por meio de ato competente, deverá criar mecanismo de controle e acompanhamento dos termos de parcerias.

Em discussão. Ninguém para discutir...

Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, eu só gostaria de justificar esse veto aqui, o Veto 6, o art. 6° (sic) da Seciteci.

Eu conversei com o secretário antes de assumir a pasta junto com o Governador Mauro Mendes, com o Vice-Governador Otaviano Pivetta, e foi pedido ao secretário Allan para que, assumindo a secretaria, trouxesse ao Estado quais seriam as demandas de trabalho dele dentro da secretaria. Esse artigo nós pedimos para que ele colocasse na demanda e o Estado ia pôr o aporte para ele executar a qualificação e capacitação que fossem necessárias à secretaria.

Então, eu vou pedir à base do governo votar não, até porque foi um acordo com o próprio secretário que assumiu com o Governo do Estado.

Então, eu gostaria de pedir à base para votar não, até porque o próprio secretário participou da reunião junto com o Governador Mauro Mendes e o Vice-Governador Otaviano Pivetta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Encerradas as discussões.

Vamos para a votação.

Deputado Júlio Campos, Lúdio Cabral, Paulo Araújo, por favor, votem.

Vamos encerrar a votação.

Com 11 sim, 08 não, o veto foi mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Sétimo Veto.

Incisos III e IV, do §1°, do art. 90.

III - as ações que integrem programas finalísticos das áreas de fomento e assistência técnica de extensão rural em especial para agricultura familiar o desenvolvimento de novas culturas.

IV - as ações que integrem programas finalísticos das áreas de promoção de emprego e de qualificação profissional e tecnológica da força de trabalho.

Em discussão...

O SR. CARLOS AVALLONE - Para discutir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, o Deputado Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE – Esse é na mesma linha. Mais uma vez na questão da agricultura familiar. Quer dizer, naquela discussão nossa de fazer encaminhamento, nós fizemos uns ajustes para poder ter... Nesse caso, não tem recurso, não tem impacto, não tem absolutamente nada.

Então, já conversei com o líder aqui.

É só redação, *ok*?

Então, vamos votar sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, encerrada as discussões. Vamos para a votação.

Vamos votar.

Deputado Lúdio, Thiago, Valdir Barranco, vamos.

Vamos encerrar a votação.

Vamos encerrar a votação.

Os deputados que... Deputado Eugênio, Júlio Campos, Wilson Santos, que já se ausentaram do Plenário, nós temos muitos vetos. Então, eu peço a esses Deputados que retornem ao Parlamento ou entre de forma virtual.

Nós temos muitos vetos ainda para serem votados.

Não terminou a Sessão, é bom que se diga aos Deputados que estão abandonando aqui, Deputado Wilson e demais Deputados, que a sessão não terminou. Então, vocês podem se conectar pelo virtual.

Por favor, se conectem para terminarmos as nossas votações.

Desculpem-me, mas eu vou toda hora citar o nome do Deputado que abandonar a

Sessão.

Secretaria de Servic Sair da Sessão, eu vou fazer uma exposição de que ele está abandonando a Sessão.

Desculpem-me, mas eu vou fazer isso.

Nós estamos fazendo sessão só na quarta-feira, o Deputado Wilson queria sessão terça, quarta e quinta, então ele, principalmente, não pode abandonar, não pode sair daqui um minuto. (APLAUSOS)

(O DEPUTADO CLÁUDIO DIALOGA COM O PRESIDENTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ah, tudo bem.

O Deputado Cláudio está fazendo um apelo para que a gente dê um intervalo de cinco minutos, porque ele está muito magrinho, precisa comer alguma coisinha. (RISOS) Então, podemos lá.

Então, vamos lá.

Vamos encerrar a votação.

Com 11 votos sim, 08 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Veto nº 8/2023, a Mensagem 186, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 43/2019, que dispõe sobre o cadastramento, monitoramento e recuperação das nascentes, mata ciliares e entorno do Rio Cuiabá e seus afluentes.

Esse projeto, gente, é muito importante. O governo tem que ter esse cadastramento das matas ciliares eu não sei porque foi vetado isso aqui, sinceramente.

O Rio Cuiabá é importantíssimo para toda a nossa bacia. Então, fazer um cadastramento disso, fazer um acompanhamento, fazer um estudo de recuperação dessas nascentes é importante para sobrevivência do Rio Cuiabá, de tudo. Eu não entendo.

A SEMA deve ter dado um parecer para derrubada, mas quando é para um projeto, para a construção de usina, eles entram aprovando, lutando contra a derrubada desse projeto que a Assembleia aprovou proibindo a construção de usina.

Então, esse projeto é importantíssimo, gente. Não dá para aceitarmos isso. Tem que fazer esse cadastramento, tem que fazer um acompanhamento.

Não é caro isso, não custa nada praticamente para a SEMA fazer esse acompanhamento, Deputado Dilmar.

Então, eu acho que esse projeto aqui é de suma importância e a derrubada desse veto é uma sinalização desta Casa de que a Casa está acompanhando a questão do Rio Cuiabá, do Pantanal e de todo o nosso sistema do meio ambiente.

Deputado Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Presidente, eu só gostaria aqui, também na mesma linha de suas palavras, um projeto extremamente importante, um projeto tão simples, que dispõe sobre o cadastramento, monitoramento e recuperação das nascentes, mata ciliares e entorno do Rio Cuiabá e seus afluentes e dá outras providências.

Então, fica liberado aqui, Presidente. Eu, inclusive, vou votar sim também, pela derrubada do veto.

Eu acho que nós temos que ter esse controle aqui. Eu conheço Cuiabá, não tanto quanto vossa excelência aqui, principalmente o Rio Cuiabá, minha família chegou aqui também em 81, quando viemos para Cuiabá, em 1º de janeiro de 76 em Sinop, eu acho extremamente importante.

O Deputado Carlos Avallone já tinha um projeto de reflorestamento das nascentes, mas também todo o Rio Cuiabá, um programa, não é, Deputado Avallone, da Fiemt.

Secretaria de Servi Então, eu fico aqui... Também pedir aos colegas Deputados, liberados para a derrubada deste veto ao Projeto de Lei 43/2019.

O SR. CARLOS AVALLONE - Fica também a posição da Comissão do Meio Ambiente favorável à derrubada desse veto.

Por favor, vamos votar sim.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – O Presidente me fez um pedido, eu tenho o dever de atender ao pedido do Presidente e fazer a defesa, inclusive porque ele é aniversariante hoje, bem lembrado, fazer a defesa da derrubada desse veto.

E eu aproveito, Presidente, para já fazer um pedido também, que é inversão da pauta para que votemos o Veto nº 21, de 2023, que é da Lei Orçamentária Anual, é veto parcial da LOA e tem alguns vetos para votarmos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos, então, passado esse aqui, vamos para a LOA. Está bom? Atendendo ao Deputado Lúdio.

Então, vamos para a votação, lembrando que sim derruba o veto e não mantem o veto. Sim, para fazer o cadastramento e não quem é contra o meio ambiente.

Vamos para a votação.

Deputado Eugênio, Júlio Campos.

Vamos lá, vamos encerrar a votação, então.

Deputado Júlio Campos... Espera aí. Espera. Calma só um pouquinho.

Ok. Então, vamos encerrar a votação.

Com 18 votos sim, 03 não, o veto foi derrubado.

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Parabéns a todos que votaram sim.

Eu faço uma pergunta para vocês: vamos fazer um intervalo de 5 minutos e depois retornarmos ou continuamos?

Rapaz, o Cláudio está magrinho, gente. (RISOS)

Vamos lá.

Veto nº 21/2023, (MENSAGEM Nº 16/2023), Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 814/2022, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso.

Primeiro veto.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, todos os vetos da LOA recomenda a derrubada. Então, só para... Eu vou fazer só essa leitura.

Então o primeiro Veto.

Emenda nº 263: Programa de Trabalho do Fundo Estadual de Saúde, Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária é o autor dessa emenda, conforme o programa de trabalho na Unidade Orçamentária 21.601 do FES, foram aditados recursos da fonte 1500- Recursos Ordinários do Tesouro, no valor de um milhão de reais ao Programa 526 - Mato Grosso Mais Saúde, na Ação 3745 - Construção e reforma dos estabelecimentos assistenciais de saúde, na Região 0700 - Sudoeste, decorrentes de anulação de recursos inicialmente previstos na própria FES na ação 3745 - Construção e reforma dos estabelecimentos assistenciais de saúde na fonte 1500 - Recursos Ordinários do Tesouro.

Em discussão...

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, o Deputado

Dilmar.

Presidente.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, senhores Deputados, eu venho à tribuna, Presidente, pedir o voto da base do Governo, votar não, até porque eu conversei aqui com Deputado Carlos Avallone e essa emenda foi proposta no orçamento da Comissão de Orçamento, a Comissão de Fiscalização, está fazendo uma transposição de fonte, da fonte 1.500 para a fonte 3745, falei com Deputado Carlos Avallone, também com secretário Chefe da Casa Civil, e, salvo engano, aqui o próprio Deputado vai propor junto com outros dois ou três colegas, colocar recurso de emenda parlamentar para esse atendimento.

Então, eu gostaria de pedir o voto não para manter o veto no primeiro veto, senhor

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, o Deputado Dilmar está pedindo a manutenção do veto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Vamos lá: Deputado Dilmar votar, Deputado Cláudio, Fabinho, Lúdio, Barranco.

Vamos encerrar a votação.

Com 08 votos sim, 13 não, o veto está mantido.

Segundo Veto.

Emenda 264: Programa de Trabalho do Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso-FUNDED. Também proposto pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

O Estado justifica que, conforme o trabalho da Unidade Orçamentária 23.601 do FUNDED, foram aditados recursos da fonte 1500 - Recursos Ordinários do Tesouro. São as justificativas para o veto.

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

Em discussão...

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, senhores Deputados, da mesma maneira aqui o Veto 2, também conversei com o Deputado Carlos Avallone, com a Casa Civil, para manter o veto, votando não.

Então, eu gostaria de pedir para a base do governo também continuar no voto não, para a manutenção do veto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, vamos para a votação.

Deputado Cláudio e Eugênio.

Vamos encerrar a votação.

Com 06 votos sim, 15 não, o veto está mantido.

Terceiro Veto.

Emenda 265: Programa de Trabalho da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

O recurso que foi destinado era de 2 milhões de reais e o Governo está dizendo que essas ações foram retiradas de outras áreas que são importantes, como manutenção de ações de informática, etc..

Em discussão...

Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, senhores Deputados, vice-líder aqui, Deputado Beto Dois a Um, Deputado Júlio Campos, nós entramos num acordo aqui, senhor Presidente, desse programa aqui do Veto 3, que está indo à Secretaria do César Miranda para ações na cultura empreendedora do Estado. Tem uma ação da Assembleia Legislativa, a maioria dos colegas Deputados participaram desse debate, que veio muito fomentada até por algumas ações que nós fizemos, tanto na LOA de 2021 para 2022 como de 2022 para 2023, pós-pandemia, para aplicações de muito recurso na área de qualificação, capacitação e principalmente na área de eventos e cultura. Aqui está um exemplo. Então, nós conversamos com a Casa Civil, com o secretário Mauro Carvalho, o Beto também, e fica liberado aqui para o voto sim, então, para a derrubada deste veto, o terceiro veto, que é a Emenda 265.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, lembrando que para derrubar tem que votar sim, pode abrir a votação.

O SR. CARLOS AVALLONE – Então, voto sim. Certo?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Vamos... Cattani. Votou.

Vamos encerrar a votação.

Com 18 sim, 02 não, o veto foi derrubado.

Quarto Veto.

Emendas 268 e 272: Programa de Trabalho da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer-SECEL. Foi colocado recurso da ordem 2 milhões e meio e o governo alega que esses valores foram retirados de áreas que são de suma importância.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Então, esse aqui agora votamos, Beto, a votar não para a manutenção do veto. Já foi... A maioria das emendas aqui... O que eu venho aqui falar que é

sim é porque já foi combinado com a Casa Civil, tanto eu como o Beto, que é vice-líder aqui, para a gente liberar.

Então, esse aqui é para manutenção do veto, votando não a base do governo, que já está acordado, tanto aqui com a mesa, com o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, vamos para a votação.

Vamos lá: Carlos Avallone, Fabinho.

Então vamos, pode encerrar a votação.

Com 9 votos sim, 12 não, o veto foi mantido.

Emenda nº 261: Programa de Trabalho do FES, Comissão de Fiscalização. Foram destinados 6 milhões de reais e o Governo vetou alegando que a remuneração do pessoal ativo do Estado e encargos sociais na Região, todo o Estado, decorrentes de anulação de recursos previstos para Gestão de Atenção Hospitalar do SUS. Então, foi o motivo do veto.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Presidente, este veto diz respeito ao veto que nós derrubamos.

Agora há pouco nós derrubamos o veto à LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias e agora é o veto a Lei Orçamentária Anual, que aloca recursos, ele destaca recursos da mesma fonte para segurar o pagamento aos servidores que adotarem mudança de jornada de trabalho de 30 para 40 horas com a justificativa que eu já havia colocado na defesa anterior. O impacto é muito pequeno.

Esta emenda foi proposta pelo Presidente da Assembleia, Deputado Eduardo Botelho, e eu faço aqui a defesa da derrubada do veto em consonância com a derrubada que já fizemos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Secretaria de Servic O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) — Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Presidente, nobre Presidente Botelho e demais Deputados.

Eu sou servidor de carreira da Secretaria Estadual de Saúde. Esses concursos, quando foram realizados, eram concurso de 40 horas, em determinado momento, muitos dos servidores têm duplo vínculo, são enfermeiros, naquele momento lá atrás eu tinha um déficit, nós não conseguiríamos ter enfermeiros para preencher todas as necessidades do Sistema Público de Saúde, muitos passaram em concurso nos municípios e houve essa possibilidade de se optar por 30 horas para poder suprir a necessidade de outros vínculos.

Acontece que os nossos servidores hoje na Secretaria Estadual de Saúde, inclusive há uma ação civil pública que culminou com o afastamento do prefeito de Cuiabá por contratações, por inúmeras contratações, e hoje o número de servidores é um número reduzido e quando você dá a opção ao servidor de fazer 40 horas com certeza você vai estar economizando, você vai deixar de ter um servidor contratado.

Daí o secretário Basílio, do Governo, falou: "não. Daí os servidores vão querer aposentar".

A aposentadoria é direito de qualquer um dos servidores e você precisa ter um período de cinco anos na data da aposentadoria. Isso foi o que o que o governo utilizou, a fala do secretário Basílio, para poder vetar essa opção de carga horária.

O mesmo exemplo foi dado, por exemplo, na Seduc. A Seduc, o próprio Governo mandou e nós aprovamos aqui, a carga horária opcional aos servidores da educação de 30 para 40. Isso é valorizar a dedicação integral do servidor público.

Eu não entendo porque o governador vetou, até porque é ato discricionário do próprio secretário fazer a inversão. Não é obrigatório. Não é obrigatório.

Nós temos necessidade, nós temos déficit de servidores na escala da gestão da Secretaria Estadual de Saúde.

Por isso eu peço aos nobres Deputados que possam derrubar o veto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, encerrada as discussões. Vamos para a votação.

Deputados Alex Sandro, Beto, Diego, Elizeu, Barranco, Wilson, vamos votar.

Diego e Elizeu.

Só aguardando o Diego porque deu um problema no tablet dele.

Ok. Vamos encerrar a votação.

Com 15 votos sim, 07 não, o veto foi derrubado.

Sexto Veto.

Emenda 266 - Programa de Trabalho da Empaer, Programa de Trabalho da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

Essa aqui é uma Emenda que nós colocamos de 85 milhões, 545 mil e 600 reais, que foram destinados a várias ações que seriam feitas, como laboratório de mudas, como desenvolvimento da cadeia do leite, desenvolvimento da produção do café, e cria diversos recursos para essas áreas. Houve o veto com várias justificativas, evidentemente, que não vou ler, porque é o que tem a maior justificativa, são duas páginas de justificativa, porque o valor é grande, e foi tirado pequenos valores de cada local. Então, o Governo fez essa justificativa muito extensa.

Eu peço a todos que votemos por derrubar esse veto, haja o entendimento, hoje inclusive eu expliquei para o Governador da necessidade desse recurso para essas áreas. É preciso a Empaer ter condições para trabalhar, para dar assistência para agricultura familiar, principalmente nessa questão de fomentar essas cadeias, fornecimento de mudas - o laboratório de mudas está praticamente fechado. Nós temos os recursos para eles abrirem, colocar em funcionamento, a Empaer já tem uma estrutura, tem uma estrutura técnica muito boa, e isso vai ser um grande passo para começarmos a valorizar agricultura familiar.

Então, nesse sentido, peço que todos votem pela derrubada do veto.

Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, senhores Deputados.

Senhor Presidente, primeiro tem que dar os parabéns à Assembleia Legislativa, não só no orçamento por estar preocupada com a Empaer e colocar recursos para aumentar realmente as ações dentro da Empaer.

A Empaer, que todos nós sabíamos, tinha muitos problemas, foram resolvidos esses problemas, inclusive de débito fiscal com o Governo Federal, o Governo entrou para dentro, o Alemão, que está como presidente, muitos aqui ajudaram a contribuir, o Wilson Santos sabe de tanta luta do Deputado Wilson Santos aqui também quanto à Empaer, e nós colocamos no orçamento um incremento de mais recursos para ajudar o desenvolvimento da pesquisa, o desenvolvimento da agricultura familiar.

Além disso, Deputado Wilson, agora uma lei que nós aprovamos também, na mudança do Fethab, e lá nós colocamos junto ao projeto do Fethab, lá no Fethab diesel, um percentual também de incremento a mais para Empaer, onde nós aumentamos o que estava se repassando. Então, estava indo oito milhões de reais para a Empaer, nós aumentamos para 17 milhões de reais, graças a cada colega Deputado, que foi unânime, todos nós votamos para esse incremento lá na lei do Fethab.

E agora aqui, Deputado Júlio Campos, nós estamos novamente colocando mais um recurso aqui, pilotado pelo Presidente da Assembleia, Deputado Eduardo Botelho, pela Mesa Diretora, Max, Wilson, Janaína, todos nós aqui, Avallone, todos que votaram no orçamento.

O Governo liberou, Deputado Botelho, teve um acordo com a Mesa Diretora, com a Assembleia Legislativa – não é, Beto? - e está liberado para votarmos sim para derrubar esse veto para ir recursos para a Empaer, principalmente, Gauchinho, para atender a agricultura familiar do Estado de Mato Grosso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, colegas Deputados.

A Empaer foi objeto de muitas discussões aqui ao longo da última legislatura, uma empresa pública criada pelo Dr. Fernando Correia da Costa, em 1964, na sua segunda gestão, com nome de Acarmat - o Dr. Júlio Campos deve lembrar disso.

Essa empresa foi responsável por grandes projetos para Mato Grosso, não só para o micro pequeno produtor rural, para o grande também. Trabalhou junto com a Embrapa no melhoramento das sementes para a soja, do arroz, do algodão.

Dela saiu também grandes revelações políticas, dentre as quais a mais importante, o senador Jonas Pinheiro, que veio da Emater - ele veio da Emater. Depois, se eu não estiver equivocado, na gestão Jaime Campos houve a fusão da Emater com a Empa e tornou se Empaer, uma empresa importantíssima.

Eu não sei porque os últimos governos não deram atenção.

Na verdade, desde 2003, quando lideranças do agronegócio assumiram o poder político do Estado, há duas décadas, a Empaer foi sendo jogada de lado, foi sendo desossada, foi desossada, Gauchinho, estrategicamente, não sei porque, nós temos mais de 700 assentamentos do Governo Federal e do Governo Estadual.

Secretaria de Servic Então, aeu fico muito feliz aqui quando a Assembleia Legislativa, de maneira unânime, levantou-se nesses últimos quatro anos para manter a Empaer, até a extinção da Empaer passou por aqui, e nós conseguimos reverter a extinção e garantir a presença da Empaer.

Depois de um trabalho hercúleo do sindicato, liderado pelo companheiro Brunetto, Gauchinho, 51 servidores demitidos de forma equivocada foram retornados, um esforço e hercúleo desta Assembleia, junto com o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

E agora, Deputado Dilmar, para culminar, para colocar aí a cerejinha no bolo, vossa excelência libera a base para votar sim. É importante. Parabéns ao Governador.

Que nesse novo mandado do Mauro, ele acertou em tantas áreas, que nessa área ele possa acertar, na agricultura familiar, na área de habitação, na qualidade da educação - são áreas importantes.

Então eu quero aqui parabenizar, primeiro os servidores da Empaer, eternos lutadores, a pé, de bicicleta, de carroça, de jumento, eles vão dar assistência técnica; depois esta Assembleia, Deputado Botelho, que nunca virou as costas para Empaer.

Eu cedo, com todo prazer, uma parte a vossa excelência, Deputado e ex-Governador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Eu sou até suspeito para falar do trabalho dá Empaer.

Como governador do Estado de 83 a 86 tive um privilégio de ser um dos grandes incentivadores da agricultura familiar e do trabalho da Empaer.

A Empaer foi prioridade no meu governo. Por meio do Polo Noroeste nós implantamos um trabalho magnífico em toda a região Oeste de Mato Grosso, com escritórios da

Empaer. Começamos a dobrar a produção de Mato Grosso, não só com agricultura familiar, também apoiando o agronegócio por meio da pesquisa que fazíamos, incentivamos a pesca, criamos ali em Livramento um centro especial para piscicultura que até hoje funciona.

O SR. WILSON SANTOS – A Efrimat também, não é?

O SR. JÚLIO CAMPOS - A Efrimat.

Em Várzea Grande nós fizemos um laboratório equipado, moderno para época, terminamos a construção da sede própria da Empaer, que hoje uma parte foi ocupada pela Secretaria de Educação, hoje já está o Indea e será a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

É pena que a Empaer, que prestou... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o Deputado.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Serviços a Mato Grosso foi jogada lá nos quintos dos infernos do Coxipó, numa sede indigna, sem o valor... Esse dinheiro que construiu a sede da Empaer foi o dinheiro que veio do estrangeiro, foi um financiamento externo para ser sede da Empaer, no entanto, infelizmente, foi desocupado e hoje a Empaer estava até pouco tempo atrás vivendo em petição de miséria. Mas graças à Assembleia Legislativa, eu quero cumprimentar os Deputados da legislatura passada, que foram gigantes, atuantes em defesa dos servidores da Empaer, valorosos servidores, e também em defesa daquele órgão.

Conte com meu apoio toda vez, Presidente Botelho, Deputado Wilson e demais parlamentares, em favor da agricultura familiar. Estaremos somando junto com vocês.

Eu peço a todos que vamos ser unânime na derrubada desse veto.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado pela parte, Deputado Júlio Campos.

A sede da Empaer é até uma coisa de semiótica, é uma coisa até simbólica, era sede mais bonita de um órgão público em Mato Grosso, posso estar errado, um auditório de primeiro mundo, Deputado Botelho, extraordinário. Eu, quando liderei o Centro Acadêmico de Direito da UFMT, ia lá, porque lá tinha uma gráfica e o Edmilson Pereira, que hoje é Procurador de Justiça, nos ajudava, numa parceria com Emater, para rodar o jornalzinho do Centro Acadêmico. Aquele prédio era o prédio mais suntuoso do Centro Político Administrativo.

Sabe onde está Empaer hoje? Ao lado do Cemitério do Porto. Um barração, uma imundice, uma pocilga. Isso é uma demonstração clara do desrespeito, não à sede material, mas à política em favor da agricultura familiar. Uma pena!

Mas eu tenho certeza, Dilmar... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Justamente ia falar do senhor agora, mandou cortar o

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto.

O SR. WILSON SANTOS – Obrigado. (RISOS)

Vossa excelência, com essa habilidade de um Licínio Monteiro, de um Oscar Ribeiro, o Governador Júlio Campos esteve aqui como líder nesta Casa, Oscar Ribeiro, de uma habilidade, e vossa excelência repete essa paciência, esse talento da construção da harmonia sempre do consenso, foi decisivo para a manutenção da Empaer, foi decisivo para garantir os recursos necessários.

No futebol tem uma frase que diz o seguinte: o difícil no futebol é jogar fácil. E parece que para governar também é difícil fazer o fácil. É tão fácil e óbvio que a Empaer tem que existir, ser fortalecida.

Vamos votar sim, Presidente.

microfone.

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - Olha Presidente, sem dúvida nenhuma, a participação do senhor na reconstrução da Empaer, na manutenção, é fundamental.

E nós, a Casa tem, e todas as falas que eu fiz aqui pedindo aquelas derrubadas eram justamente em cima da agricultura familiar, em cima dessa decisão da Casa, liderada pelo senhor para fazer isso.

Mas a minha esposa, a Maria, no dia das mulheres tem dito para mim o seguinte: "Carlos, não adianta falar das mulheres, tem que agir. Os homens falam muito das mulheres e agem pouco na questão das leis e tudo".

Serve para a Empaer. Serve para Empaer.

O que o senhor está fazendo, que esta Casa está fazendo, é parar de defender a agricultura familiar com discursos bonitos e passar a defender a agricultura familiar com recursos, com dinheiro na conta. É isso que nós estamos fazendo.

Então, ao líder e ao vice-líder, muito obrigado pelo apoio; à Casa Civil, ao Governador.

No ano passado, Governador Júlio Campos, eu coloquei em emenda nove Hilux para cada diretoria central dos polos da Empaer e mais dois carros pequenos, um para Chapada e outro para Pedra Preta, e colocamos mais recursos, a pedido. Foi em torno de 3 milhões de emendas e 10 milhões de reais nós colocamos para a agricultura familiar e vamos repetir este ano.

A Casa está tomando a decisão correta.

Parabéns, Presidente!

Parabéns a Assembleia Legislativa.

O SR. VALDIR BARRANCO - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Presidente, eu só quero aqui reforçar as falas dos Deputados que muito bem me antecederam, Deputado ex-Governador, Senador Júlio Campos e o Deputado Wilson Santos, com o conhecimento da causa ao longo da história aqui do Estado de Mato Grosso, da nossa governança, o Deputado Avallone - parabéns pelas emendas -, o Deputado Dilmar que aqui enquanto Líder da base hoje, juntamente com o Presidente Botelho, vem também contribuindo muito com a Empaer, saudar aqui o Gauchinho e todos da Empaer e do Sintep também.

Dizer, Presidente, que esta Casa, desde que nós assumimos, ainda na outra legislatura, lá em 2019, tem sido fundamental para a manutenção da Empaer e agora nesse novo passo para o fortalecimento dessa que é uma empresa extraordinária, essencial para a agricultura familiar do Estado de Mato Grosso, principalmente da extensão, na pesquisa, na assistência técnica, que já foi muito importante, como já disse aqui o Wilson Santos, nosso Deputado, no início do desenvolvimento daquilo que hoje se tornou agro, porque era a Empaer, lá no início, que fazia as pesquisas para que chegássemos hoje ao que nós somos no agro do Estado de Mato Grosso.

A agricultura familiar precisa muito da Empaer e dela fortalecida, com condições, com técnicos, com profissionais, muitos outros profissionais que possam ser contratados ou concursados para essa empresa.

O SR. WILSON SANTOS – Barranco, permita-me só um a parte.

O SR. VALDIR BARRANCO – Sim, Deputado, um aparte a vossa excelência.

O SR. WILSON SANTOS - Na luta pela Empaer, Gauchinho, nós não vamos nos esquecer ainda aqueles 10 servidores, eram 61, na verdade, 51 já foram reintegrados, receberam todo o atrasado, mas ainda temos 10, 9 servidoras e um servidor que nós estamos na Justiça para fazer a reintegração, porque foram demitidos de maneira ilegal.

Então eu quero aqui mais uma vez parabenizar aqui o sindicato, que foi decisivo, agradecer também ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério Público Estadual e principalmente aqui à Assembleia, que nunca virou as costas para a agricultura familiar.

Então, você esteve nessa luta também Valdir conosco, ainda têm 10 que precisam ser reintegrados à Empaer.

O SR. VALDIR BARRANCO - Vamos até o fim, todos apoiando os que ainda não conseguiram o seu intento.

E finalizo dizendo da importância da agricultura familiar do Estado de Mato Grosso.

Nós temos 150 mil famílias... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. VALDIR BARRANCO - ...150 mil famílias que vivem da agricultura familiar neste Estado com um enorme potencial e desvalidos nos últimos anos, nas últimas décadas.

Acho que a fala aqui do Wilson nos fez relembrar esses, desde 2003 para cá, eu acho que de maneira muito forte quem investiu na Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso, foi ainda na época de Carlos Bezerra, Dante de Oliveira, de lá para cá foram esquecidos.

Nós temos um enorme potencial para avançarmos e fazermos com que a agricultura familiar de Mato Grosso seja exemplo que eles possam viver com dignidade e ajudar na alimentação deste País.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Dr. João.

O SR. DR. JOÃO - Senhor Presidente, colegas, eu só queria deixar um recado aqui, o que nós temos que fazer é muito simples, é o fácil, como o Deputado Wilson falou, é investir na Empaer, é investir, não destrui-la.

Deputado Dr. Júlio Campos, o senhor foi muito feliz quando o senhor falou da legislatura passada, porque essa briga aqui na Assembleia é desde 2019 - o Gauchinho é testemunha disso - e na legislatura passada os Deputados bateram duro, como diz o cuiabano, e nós não deixamos exterminar a Empaer.

Então, parabéns ao Sindicato, parabéns aos servidores da Empaer e parabéns a Assembleia Legislativa!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Senhor Presidente, apenas para reafirmar aquilo que os nobres Deputados têm dito aqui da importância, senhor Presidente, de vossa excelência nesse processo que tem trabalhado muito pelo fortalecimento da Empaer - isso é importante - a presença de vossa excelência durante esse período e eu falo porque assumi o mandato aqui, o primeiro mandato, em 2003 e sei o quanto a Empaer sofreu nesse período e nós temos tido um novo momento, a Empaer tem vivido um novo momento, e a participação de vossa excelência tem sido importante.

Deputado Dilmar como líder do governo, viu Deputado Dilmar, é importante fazer essa interlocução para que a Empaer continue fortalecida.

Hoje nós temos, talvez sejamos o Estado da federação com o maior número de assentamentos no País e a presença da Empaer é fundamental.

Então, fortalecer a Empaer hoje enquanto Deputado Estadual, enquanto Deputados Estaduais para nós é extremamente importante.

Então, fica aí a nossa alegria de poder ver a Empaer sendo valorizada.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

Então, encerrada a discussão. Vamos para a votação. Lembrando que tem que votar sim para derrubar o veto.

Vamos para a votação.

O SR. WILSON SANTOS – Convoco o Deputado Avallone para comparecer ao Plenário para votar.

Avallone, seu voto é importante aqui, hein.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Avallone, Fabinho, Juca do Guaraná, Júlio Campos, Sebastião Rezende, Wilson Santos, aguardando a votação.

Agora só Avallone, Fabinho, Juca do Guaraná, Sebastião Rezende.

Sebastião já votou.

Avallone, Fabinho, Juca do Guaraná...

Não vou arriscar, não. Vou esperar.

Fabinho, Fabinho.

Deu certo, Fabinho? Ainda não?

Wilson, depois desta votação nós vamos fazer intervalo de 5 minutos para almoçar ou não, porque eu estou desconfiado que vocês estão fazendo aqui comigo igual um parente que eu tinha na Jangada, viu, Wilson, escuta isso aqui: você chegava na casa dele estavam todos sentados na sala, Júlio, daí dava hora do almoço, ia um lá, comiam e voltavam, ia outro. E você falava: esse povo não almoça não? Daí eu descobri que eles, cada um ia lá comia e voltava e ficava olhando para você. (RISOS)

Ok. Vamos encerrar a votação agora.

Com 20 votos sim, 03 não, o veto está derrubado.

Então, nós vamos fazer um intervalo de 5 minutos só. Está bem? Porque nós temos 17 vetos ainda. Está bom?

Então, vamos fazer um intervalo de 5 minutos e retornaremos.

(SUSPENSA A SESSÃO POR CINCO MINUTOS. DECORRIDO O TEMPO A SESSÃO FOI REABERTA PELO PRESIDENTE.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos reabrir a Sessão.

Declaro reaberta esta Sessão Ordinária.

Prorrogo a Sessão por mais duas horas.

Vamos continuar a votação dos vetos.

Veto nº 9/2023, Mensagem nº 188/2022, Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.120/2021, que dispõe sobre a delimitação, ordenamento e o uso das faixas de domínio das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de Mato Grosso, Mensagem do Poder Executivo. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada dos vetos. São dispositivos vetados.

Primeiro veto.

Art. 2°...

§2º As áreas de terra enquadradas no disposto do *caput* deste artigo correspondem à faixa de recuo total de 30 (trinta) metros, sendo 15 (quinze) metros para a direita e para a esquerda, medidos a partir do eixo central da rodovia, podendo ser reduzida por lei municipal que aprovar o instrumento do planejamento territorial até o limite de 5 (cinco) metros de cada lado.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, senhores Deputados.

Não sei se há número suficiente para votar, mas gostaria de pedir aos colegas Deputados votar não, pela a manutenção do veto, não seguir a orientação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que não observou alguns detalhes importantes.

Hoje toda implementação e implantação de todas as rodovias estaduais, está aqui o governador Júlio Campos que sabe que toda faixa de servidão, faixa de domínio é de 40 metros em todas rodovias, quer dizer, nós vamos mudar todas rodovias existentes porque a nova lei está trazendo para 30m, e ainda com lei municipal entrando dentro de uma rodovia estadual para diminuir mais 5 metros.

Então, quer dizer, não é rodovia estadual, é uma rodovia municipal. Se for uma rodovia municipal, depende do município, são 12 metros, 15 metros, 10 metros.

Então, nós temos hoje uma lei já que está aprovada de rodovias existentes que tem a faixa de domínio de 20 metros do eixo central para cada lado, são 40 metros - o governador Júlio Campos sabe muito bem disso.

Então, gostaria de pedir a todos aqui para manter o veto, votando não.

E aqui, volto a repetir a vossa excelência, Presidente, está tendo uma reunião de outros colegas Deputados aqui na antessala e nós precisamos ter número suficiente. Para mim seria bom ter 13 Deputados, como Líder do Governo, mas a orientação aqui é pedir para os Deputados, o Deputado Nininho trabalha muito e está na Comissão de Infraestrutura, o Wilson Santos foi prefeito aqui da nossa Capital e sabe das leis municipais das estradas vicinais. Nós estamos misturando o que é de direito do município com a lei do nosso Estado. Daqui a alguns dias nós vamos adentrar nas câmaras municipais também, mudando lá a Lei Orgânica da Câmara Municipal de Cuiabá, de Rondonópolis.

Então, eu só queria, Presidente, orientar para isso.

Concedo a palavra ao ex-governador Júlio Campos, Deputado Estadual.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Senhor Deputado Presidente, senhor Deputado Dilmar.

Secretaria de Servic Realmente é de vital importância mantermos esse veto, porque o Estado de Mato Grosso é um Estado em pleno desenvolvimento e essa lei existe justamente para preservar uma possível duplicação de pistas. Se não tiver essa faixa de segurança, as estradas de Mato Grosso não poderão ser duplicadas futuramente. Qualquer iniciativa, se derrubarmos esse veto, vai prejudicar as futuras duplicações, e em algumas rodovias já se faz necessária imediatamente sua duplicação.

Há um clamor muito grande hoje da população do nortão do Estado, e com justa causa, sonhando com a conclusão da duplicação da BR-163, que ocorresse. No entanto, lamentavelmente, até hoje a empresa Norberto Odebrech, que a concessionária desse trecho, abandonou o projeto da duplicação e agora está necessitando, o próprio governo de Mato Grosso, adquirir novamente essa infraestrutura para fazer sua duplicação.

Então, eu venho dar, na qualidade de ex-governador, que fui o responsável pela pavimentação da 163 há 40 anos, que realmente é importante a manutenção desse veto.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Obrigado, ex-governador Júlio Campos, nosso grande Líder do nosso grande União Brasil - não é, Botelho?

E o Júlio trás, o Deputado Júlio Campos traz realmente a realidade. Se lá atrás na BR-163, quando o ex-governador Júlio Campos, na década de 80, fez o asfalto para nós de Sinop, estendeu até a região de Colíder, adentrando Alta Floresta e toda aquela região, como também a 158, a 070, se lá não tivesse pensado. (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Se não tivesse pensado na faixa de domínio dos 70 metros das BRs, nós teríamos dificuldades.

Em alguns trechos não é na mesma via que está hoje a BR-163 que vai fazer a duplicação, ela vai ter que sair um pouco, como que tem trechos aqui, nós vimos aqui na Serra de São Vicente, que é separada a duplicação.

Da mesma maneira Júlio Campos traz aí, na cidade de Sinop nós temos um projeto sendo executado pela prefeitura de Sinop, com parceria, convênio e com recurso do Governo do Estado, a duplicação da MT-140. Se ela fosse nesse projeto que está aí, sugerindo o tamanho da fixa de domínio, não ia acontecer, até porque ela poderia estar com a lei municipal diminuindo para os 10, 12 metros e nós teríamos indenizações de muitas propriedades para fazer a duplicação da MT-140.

Então, volto aqui, Presidente, a pedir a manutenção do veto, votando não, aos colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Peço aos Deputados que conecte os *tablets*, todos, os que não estão aqui no Plenário, mas estão de forma virtual para conectar. *Ok*?

Então... Mas tem os Deputados que estão conectados por meio da rede.

Peço que mostre a lista dos que estão conectados para vermos se tem número.

Ok. Nós temos número suficiente para fazer as votações.

Encerrada a discussão.

Vamos para a votação do veto, lembrando que sim derruba o veto e não mantém o

veto.

para a votação.

Vamos para a votação.

Vamos votar, Beto, Avallone, Elizeu Nascimento, Juca do Guaraná, Júlio Campos. Conseguiu, Beto?

Beto, Silvano Amaral, Paulo Araújo e Thiago Silva.

Vamos encerrar a votação.

Com 5 votos sim, 12 não o veto está mantido.

Secretaria de Servic Segundo Veto.

Art. 4°, § 1° Nos imóveis em que, quando da regulamentação desta lei, já estiverem instaladas as cercas marginais à rodovia, não será necessária sua remoção ou alteração, exceto nos casos de duplicação ou aplicação da faixa de rolagem da rodovia.

Em discussão...

Para discutir Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Por gentileza, empreste-me, fazendo favor, Presidente.

Da mesma maneira, é um projeto que foi bem elaborado, a Assembleia participou muito dessa regulamentação, trazendo para dentro de uma lei, da lei da faixa de domínio, até porque um dos assuntos importantes é o das nossa ferrovias, que estão começando dentro do Estado de Mato Grosso, aqui no Veto 2 ao Art. 4°, inciso I, "nos imóveis em que, quando a regularização desta lei, estiverem instaladas as cercas marginais à rodovia, não será necessária sua remoção ou alteração..." Não precisa ter a faixa de domínio também. A faixa de domínio é exatamente para futuramente pensar em ampliações, como falou o exgovernador Júlio Campos.

Então, eu gostaria novamente de pedir para a base do Governo votar não também, porque, se está usando a faixa de domínio, com toda certeza, está irregular, porque a nossa lei já fala de 40 metros, 20 para cada lado. Quando estava alterando para 30, talvez fosse para permitir a manutenção dessa construção.

Então vamos votar não, para a manutenção do veto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerrada a discussão. Vamos

Deputado Beto, Fabinho, Lúdio Cabral.

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20° LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

Vamos encerrar a votação.

Com 5 votos sim, 14 não, o veto está mantido.

Terceiro Veto.

"Art. 12...

§ 1º A autorização para o plantio na faixa domínio somente poderá ser concedida como extensão da produção da área a ela lindeira, sendo vedada a concessão a terceiros."

Para discutir, o Deputado Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Presidente, eu volto aqui...

É o seguinte: ele está praticamente proibindo, no caso, e nós temos muitos casos nas MTs, de áreas que são arrendadas, inclusive para plantio.

Eu sou a favor do plantio a beira de qualquer rodovia, até porque é uma maneira de manter limpa, porque não se planta nenhum tipo de produto agrícola, nenhuma produção, soja, milho, algodão, se ela não estiver bem principalmente nivelada para fazer o plantio, e ela se mantem. Melhor do que ter mato, que dão incêndios. Quer dizer, então, nós estamos mantendo esse veto para não ter essa condição colocada ao projeto de proibição do plantio até a terceiros por exemplo.

Por isso, também peço à base do governo votar não a essa emenda apresentada no terceiro Veto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Vamos Deputados Alex Sandro, Lúdio Cabral, Nininho, Thiago Silva, Wilson Santos, vamos votar.

Pode encerrar a votação.

Com 4 votos sim, 16 não, o veto está mantido.

Ouarto veto.

Secretaria de Servico Art. 50...os

necessária a apresentação de documentação ou projeto para sua manutenção e, no caso de notificação pela SINFRA de necessidade de modificação do local visando a segurança da rodovia, deverá ser formalizado novo acesso segundo critérios estabelecidos nesta lei."

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Vamos lá Deputado Dilmar, Fabinho, Wilson, Dr. João.

Vamos encerrar a votação.

Com 4 votos sim, 16 não, o veto está mantido.

Veto nº 11/2023, Veto total aposto ao Projeto de Lei nº 207/2022, que institui o programa de apadrinhamento de espaços públicos estaduais, de autoria do Deputado Ulysses Moraes. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão...

Para discutir, Diego Moraes. (LEIA-SE DIEGO GUIMARÃES)

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente, até peço ao líder, caso tenha algo mais que eu não tenha identificado nesse projeto, mas acho que acertadamente a CCJR atua pedindo a derrubada do veto. Não traz nenhuma despesa ao Poder Executivo, pelo contrário, possibilita a concessão de espaço públicos onde a iniciativa privada poderá fazer a gestão e a manutenção desses espaços públicos.

Então, caso tenha algo que eu não tenha identificado, eu creio que a CCJR acertadamente pede a derrubada desse veto e o Deputado que o propôs também. Eu acho que

acrescenta muito, pode inclusive trazer receita ao Poder Executivo na medida em que a manutenção de espaços públicos é extremamente difícil, diante do tamanho que o Estado tem.

Isso acontece muito nas prefeituras também. Na Prefeitura de Cuiabá a um projeto de lei aprovado "adote uma praça", contudo, nunca foi implementado. A gente sabe que muitas vezes é feita uma praça, é feito um espaço público em alguns locais e a iniciativa privada tem até o interesse de poder fazer a manutenção desse espaço, poder explorar comercialmente, contudo não tem respaldo na legislação.

Então, eu creio que o projeto é extremamente benéfico e, salvo melhor juízo, se o líder tiver algum apontamento que eu não tenha identificado, acho que é um projeto interessante para que siga o parecer da CCJR, pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, eu vou orientar a base do governo, primeiro, votando não, pela manutenção do veto.

Eu até falei com Wilson Santos, porque o Wilson, quando foi prefeito da Capital, foi o primeiro que começou a incentivar a utilização de espaços públicos aqui na nossa Capital, embelezou a cidade, ajudou no desenvolvimento da cidade e infelizmente teve processos judiciais que teve que defender por muitos e muitos anos, até hoje respondendo.

Quem será o responsável para fiscalizar, para acompanhar. Aqui fala que todo custo inclusive é do governo do Estado na implantação e não traz de onde.

Aqui: como forma de apadrinhamento de espaço público estadual a ser realizada a proteção e desempenho da administração pelos custos de instalação, conservação e manutenção de novos instrumentos de lazer, cultura e equipamentos públicos ou verde complementares.

Se for instalado equipamento público, com certeza a prefeitura ou, neste caso, o estado vai ter manutenção. O Estado não tem gente suficiente para fazer manutenção e fiscalização.

Então, ele traz um custo ao Governo do Estado, por isso que o governo fez o veto, veto aqui baseado até numa ADIn, que é um agravo regimental, instrumento extraordinário de ação de inconstitucionalidade, seguindo orientação do Supremo Tribunal Federal, por isso que o Governo do Estado separa aqui o Edson Fachin, que foi o relator da primeira turma, falando da iniciativa, e a iniciativa é prerrogativa exclusiva do Executivo e não do Legislativo e ele põe as atribuições ao Governo do Estado.

Exemplo, vou repetir, o grande prefeito da nossa Capital Deputado Wilson Santos, que foi nosso candidato a governador lá em 2010, até hoje sofrendo ação, respondendo por fazer o mesmo tratamento que embelezou na cidade, por exemplo, lá na Beira Rio, que eu segui o exemplo até de um amigo, companheiro, da loja de materiais elétricos Pizzatto Material Elétrico, foi um que embelezou aquela avenida.

Por isso, eu peço à base do governo votar não, para a manutenção do veto Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Eu não ia discutir essa matéria, mas o Deputado Dilmar acabou me provocando.

Eu respondo até hoje na Justiça. O Ministério Público acionou uma Ação Civil Pública em 2007, 16 anos. E qual era o programa?

Quando assumi a prefeitura, todos sabem a situação da prefeitura, os servidores estavam há três meses sem receber os salários e nós decidimos priorizar o pagamento dos salários. Colocamos os salários em dia rapidamente, mas ficamos sem dinheiro para o resto do ano. Não tinha nada.

Então, nós fomos estudar e localizamos uma lei complementar de autoria do prefeito Roberto França que disciplinava as parceiras público-privadas. Então nós ofertamos aos empresários canteiros, praças e rotatórias para que eles fizessem o ajardinamento e explorassem ali a publicidade por meio de *outdoor*, *black light*, painéis.

O programa envolveu 34 empresas. Não houve dinheiro nesse programa. A prefeitura sedia a rotatória, a empresa colocava os seus painéis e pagava a prefeitura com a mercadoria que ela tinha. Exemplo: uma gráfica nos pagava com cartão de visita para o prefeito, para os secretários, para os diretores, para os coordenadores, envelopes, os mais diversos tipos de envelopes, papel de ofício. Você ia num posto de combustível e ele pagava a gente com combustíveis. O seu Sandro Gramots nos deu cinco carros, que foram os primeiros que nós concedemos ao Conselho Tutelar da Criança e Adolescente.

Depois o MP achou que esse programa era um absurdo, foi para cima, nos forçou a acabar com o programa e acabamos com o programa por meio de um TAC.

Quando fizemos o TAC, nós pensávamos - aos futuros prefeitos de Mato Grosso, muito cuidado - quando assinei o TAC, eu pensei que tinha resolvido, mas não, veio um outro promotor por trás e moveu uma ação civil pública que rola até hoje.

No julgamento em primeira instância o Dr. Bertolucci nos condenou da seguinte forma, nos tornou inelegível por 6 anos, nos condenou a devolver ao erário o possível prejuízo e mais uma multa de 100%.

Recorri ao Tribunal de Justiça. Na Câmara julgadora a inelegibilidade foi derrubada, a multa foi reduzida para 25% e em ambas as instâncias houve o reconhecimento de que não houve dolo, não houve má-fé, nem houve enriquecimento do gestor. Mas até hoje eu pago por isso. Agora está em liquidação de sentença e nós já provamos que a prefeitura arrecadou mais do que deveria ter arrecadado e vamos ver onde é que vai parar isso.

Mas o que o Dilmar colocou aqui é verdade.

Secretaria de Servi Então, vocês que almejam chegar na prefeitura um dia... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto aí para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Os colegas que almejam chegar um dia às prefeituras, muito cuidado com as parcerias público-privadas, muito cuidado com as ações civis, isso porque eu, Lúdio Cabral, a cada seis meses levava todo o meu secretariado para dentro do Ministério Público e passávamos ali dentro um dia inteirinho discutindo com os promotores das varas ligadas à cidade o que é que eles queriam que a gente corrigisse na gestão.

Eu fazia isso, isso porque eu tinha uma secretaria chamada ombudsman e esse ombudsman estava ali ganhando o salário de secretário para criticar a administração, para apontar os erros, uma demonstração inédita de que a gente não queria errar, mas, mesmo assim, foram quase 10 ações incrivelmente de um único promotor de justiça.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – É isso, Deputado. Vou tomar cuidado com isso.

Deputado Beto Dois a Um.

O SR. BETO DOIS A UM - Senhor Presidente, colegas, imprensa aqui presente, em especial as mulheres.

Ainda não fiz uso desta tribuna e cumprimento todas as mulheres, num dia tão especial como este.

Só para dar uma contribuição, Presidente, quando fui secretário no município, fui o secretário da execução das pastas do Parque das Águas, do Tia Nair, do Complexo Dom Aquino. A ideia inicial era exatamente essa.

Mas a experiência do prefeito Wilson Santos, a péssima referência que ficou para o gestor público, nos obrigou a criar outra solução. Para a manutenção de todos esses parques nós tivemos que fazer licitações públicas para que o concessionário daqueles espaços colocasse um recurso obrigatoriamente para a manutenção daquilo, mas uma parceria público-privada de forma menos simples, menos burocrática não seria aceita, baseado na história do prefeito Wilson Santos, que é famosa na prefeitura de Cuiabá, por uma tentativa de buscar uma solução que é muito mais lógica, muito mais lúcida, mas nós tivemos que fazer licitações em cada um dos lotes para criar um formato de manutenção, tanto do Parque das Águas, quanto do Tia Nair, quanto do Complexo Dom Aquino, quanto dos espaços na Orla do Porto Cuiabá...

(DIÁLOGOS SIMULTÂNEOS DOS SRS. DEPUTADOS FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. BETO DOIS A UM - Exatamente.

Então, eu acho que vale a pena o nosso Presidente Botelho, com a vontade que está, com o encaminhamento para isso, precisamos fazer um debate mais amplo com os Poderes para poder avançarmos para achar soluções menos burocráticas. Mas hoje é uma coisa que deixa qualquer gestor público muito receoso em relação a isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Diego Guimarães.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente, apenas cumprimentando o Deputado Wilson Santos.

Sabedores da veracidade dessas informações que ele nos traz, preocupa-me, Deputado Wilson Santos, porque, de certa forma, nós parlamentares estamos nos furtando de legislar sobre algo que é bom para a sociedade, que é bom para o Poder Público, que vai trazer economicidade, vai diminuir a presença do Estado onde ele pode passar, transferir, para iniciativa privada e também trazer proveito para a população por conta de um episódio infeliz que infelizmente pode acontecer por conta da cabeça de algum promotor.

Então, eu acho que nós temos que ter também a coragem de enfrentar determinadas situações para diminuir o tamanho do Estado, melhorar o funcionamento e a entrega de alguns equipamentos públicos que são indispensáveis para a boa convivência e também para o bom uso da nossa população.

Então, mantenho o meu posicionamento, acredito que é razoável a derrubada desse

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerradas as discussões. Vamos para a votação.

Votou Beto? Lúdio? Fabinho... O Deputado Fabinho não está aí?

Vamos encerrar a votação.

veto.

Com 6 votos sim, 15 não, o veto está mantido.

Veto nº 12/2023, Mensagem nº 192/2022, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 931/2020, que dispõe sobre a instalação de placas de sinalização vertical nas rodovias e nos pontos de entrada dos municípios, dispondo sobre suas respectivas raízes culturais e/ou potencialidades econômicas, de autoria do Deputado Doutor Eugênio. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão. Encerrada discussão. Vamos para votação do veto nº 12. Beto, votar.

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

Júlio Campos, votar.

Vamos encerrar a votação.

Com 6 votos sim, 15 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Veto nº 13/2023, Mensagem nº 193/2022, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 119/2022, que dispõe sobre o Programa Colorindo a Escola na rede pública estadual de ensino no âmbito do Estado de Mato Grosso, de autoria do Deputado Thiago Silva. O Parecer da Comissão Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Vamos lá Deputados que estão faltando votar: Cláudio, Fabinho, Wilson Santos.

Vamos encerrar a votação.

Com 5 votos sim, 14 não, o vento está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Veto nº 15/2023, Mensagem nº 5/2023, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.004/2020, que dispõe sobre a reserva de cargos e de empregos públicos para as pessoas com deficiência nos processos seletivos simplificados ou contratação temporária excepcional no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta e dá outras providências, de autoria do Deputado Paulo Araújo. O parecer da Comissão de Constituição Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Foram dois vetos. (DISPOSITIVOS)

Primeiro veto.

"Art. 3º O órgão ou a entidade da Administração Pública Estadual direta ou indireta responsável pela realização do processo seletivo terá assistência da equipe multiprofissional composta por profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências que o candidato possuir, dentre os quais um deverá ser médico e os demais profissionais das carreiras a que concorrerá o candidato." Esse foi vetado.

Secretaria de Servic Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Não entrou. Não deu certo. Deu uma caída. Vamos votar. Abriu?

Vamos votar, Deputados Beto Dois a Um, Elizeu, Júlio Campos, Lúdio Cabral, Elizeu Nascimento.

Vamos encerrar a votação.

Com 5 votos sim, 14 não, o veto está mantido.

Agora vamos para o segundo Veto.

Art. 7º O Poder Executivo Estadual terá o prazo de 60 dias para regulamentação

desta lei.

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para votação.

Vamos para votação.

Deputado Dr. João, Fabinho, Nininho, Tiago Silva.

Nininho para votar Nininho.

Vamos encerrar a votação.

Com 5 votos sim, 16 não, o veto está mantido.

Esse acabou.

Veto nº 16/2023, Mensagem nº 6/2023, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 562/2021, que dispõe sobre a criação de bibliotecas nas unidades do sistema socioeducativo de internação do Estado de Mato Grosso, de autoria do Deputado Dr. Eugênio. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela manutenção do veto.

Em discussão. Ninguém para discutir. Vamos para a votação.

TRANSCRIÇÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H20MIN.

O SR. DR. EUGÊNIO – Atrasado, não é, Presidente? Estou tentando aqui, mas não

consegui.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Eugênio.

O SR. DR. EUDÊNIO- Mas tudo bem, o senhor já colocou em votação. Pode

deixar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Deputado Wilson Santos, por favor, vote.

Silvano.

Então, vamos encerrar a votação.

Com 8 votos sim, 12 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Veto nº 17/2023, Mensagem nº 7/2023, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 117/2021, que dispõe sobre a arborização em conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos, do Deputado Eduardo Botelho. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão...

Eu não sei... Sinceramente tem alguns vetos que eu não entendo. Isso aqui está criando apenas condições para colocar algumas árvores, porque tem conjunto habitacionais que é feito com dinheiro público que não tem nenhuma árvore, não tem nada, não se preocupa nada com arborização, nada com o meio ambiente. Então, isso aqui está criando uma normatização e tem que ser olhado isso.

Eu acho que esse veto tem que ser derrubado. Essa é a minha posição. Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, eu respeito sua opinião, mas como Líder do Governo tem que seguir a manutenção do veto.

Secretaria de Servic O dinheiro público, até quando você faz um projeto habitacional que é dentro de uma área totalmente do governo do Estado onde é todo o dinheiro aplicado do governo, mas a maioria inclusive está buscando parceiro, tanto do Governo Federal, do Governo do Estado e do município.

Por exemplo, o município de Vera foi um dos municípios que assinou um convênio para 100 casas populares, o Governo entra com um aporte e a maioria do recurso, terreno, a área, energia, a água, infraestrutura, é tudo da prefeitura. Tem uma lei municipal. Nós estamos adentrando dentro de uma lei que cabe aos municípios, da implementação dos conjuntos habitacionais, até porque o governo, eu estou fazendo... Aí está falando de público e privado. O público... O privado, por exemplo, tem toda uma aprovação dentro das secretarias ambientais, onde tem a terceirização para os municípios, que tem hoje convênio com os municípios. Os municípios exigem na aprovação do projeto de execução a área verde. A área verde serve também, a área plantada, que é exigido pelos municípios, por meio da secretaria ambiental, como o Estado também, quando aprova loteamento particular, exige arborização.

Então, já tem lei específica para isso. O que vale é os municípios implementarem em conjunto habitacional também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Exatamente isso que nós estamos dizendo aqui, que quando for feito com recursos públicos as construtoras ficam obrigadas a fazer arborização no conjunto de acordo com legislações estadual e municipal.

O problema é que tem muitos que estão sendo feitos, Dilmar, e não estão dando a mínima atenção para isso e não estão fazendo. Eles alegam que o dinheiro é pouco, que não sei o que e se esquecem que tem que ser feito. Então é isso.

Então, vamos para a votação, que os Deputados decidam. Eu vou votar sim.

Wilson, Lúdio, senhores que defendem o meio ambiente, que gostam de ver uma árvore para ficar na sombra.

Vamos encerrar a votação.

Com 10 votos sim, 10 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Vocês não gostam de árvore.

Quero ver você debaixo de uma árvore e eu falando para você: sai daí Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Presidente, eu fui defender a lei de vossa excelência, até porque é uma lei que não tem aplicabilidade. Não tem como aplicar uma lei estadual dentro da municipal.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Veto nº 18/2023, Mensagem nº 8/2023, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 1.021/2021, que determina a atualização das placas de acessibilidade pelos estabelecimentos públicos e privados no âmbito do Estado de Mato Grosso, de autoria do Deputado Wilson Santos. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, a diabetes, ela... É o da diabetes?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não, senhor. Não, não. A diabete é para depois. Agora nós estamos... (RISOS)

O SR. WILSON SANTOS – De placas, não é? Acessibilidade.

Está faltando o que fazer naquela assessoria da Casa Civil. Vou puxar a orelha daqueles procuradores que vêm lá do Piauí, do Ceará.

Doutor Daniel, fazer um veto num projeto simples desse?!

Secretaria de Servi Leia, Presidente, por gentileza, leia a ementa do projeto. Estamos só pedindo para o governo fazer a atualização das placas.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu acho também que para fazer residencial tem que plantar árvore.

O SR. WILSON SANTOS - É bobagem. Bobagem. Eu nem vou discutir, Presidente. Pode passar. Os colegas que quiserem votar pela derrubada, votem sim.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, vamos para a votação.

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Presidente, Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Diego. Desculpe-me.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - O projeto de lei em questão traz a obrigatoriedade da substituição de placas onde esteja estipulado vagas, ou qualquer critério de acessibilidade, para substituir as placas que ainda constam pessoas com necessidades especiais, que é uma nomenclatura ultrapassada, para pessoas com deficiência, que é a nomenclatura correta e atualizada. Isso tanto valendo para a iniciativa privada quanto para o Poder Público, administração direta e indireta. Também prevê... Até a penalidade que existe precede uma advertência, que eu acho que é razoável. Hoje a nomenclatura correta, a nomenclatura utilizada mundialmente é pessoa com deficiência. Infelizmente ainda temos em órgãos públicos e também na iniciativa privada muitas placas com pessoas com necessidades especiais, que é uma terminologia equivocada.

Então se nós estamos preocupados com a pessoa com deficiência, se nós estamos preocupados com a acessibilidade, com a nomenclatura correta e com o tratamento adequado para com essas pessoas que detêm alguma deficiência, esse projeto de lei é interessante e ele também não

traz uma penalidade severa, inclusive a penalidade é precedida de uma advertência para que faça a substituição.

Então, entendo que o projeto é razoável, não onera o Poder Público significativamente, o ônus é extremamente baixo, inclusive tem precedente do STF que admite quando a despesa é insignificante que pode, sim, o parlamento legislar sobre o assunto.

Então, eu entendo que é razoável que votemos pela derrubada desse veto, senhor Presidente, com respeito, caso tenha orientação divergente do senhor Líder Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO – A orientação, Presidente, é a de que é de iniciativa do Poder Executivo, por isso foi vetado, até assinado pelo, estava vendo aqui assinatura, vice-governador Otaviano Pivetta, o veto.

Quando traz penalidades também, com aplicações de multa, advertência, até que se concorda, agora quando você já está fazendo advertência com multas e com penalidades na reincidência, por isso também o veto. (Sic)

Então, eu oriento para votar não, para a manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos para a votação.

Vamos lá. Vamos votar Beto, Júlio, Juca, Silvano Amaral, Thiago Silva.

Vamos encerrar a votação.

Com 10 votos sim, 10 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Veto nº 20/2023, a Mensagem nº 10/2023, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 1.221/2021, que dispõe sobre a estadualização da estrada Júlia Elzira de Salles, que liga o entroncamento da Rodovia MT-130, na altura do KM 65, no município de Paranatinga, de autoria do Deputado Faissal. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela manutenção do veto. etaria de Servicos Legislativos

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, só para encaminhar, votação não, para a manutenção do veto. Tem duas mensagens, uma nós já explicamos aqui, até tentamos uma estadualização que era de MT para MT. Agora aqui é vicinal.

Então, para manutenção do veto, votar não. Tem duas mensagens aqui, dois vetos para isso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Aquele que o Nininho propôs tem que ser derrubado, porque ali é muito justo, aquele liga duas rodovias. Infelizmente não derrubaram aquele, mas beleza.

Vamos para a votação.

Vamos encerrar a votação.

Com 6 votos sim, 13 não, o vento está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Veto nº 22/2023, Mensagem nº 169/2022, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 423/2015, que garante, através do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Estado de Mato Grosso, acesso dos diabéticos ao teste de anticorpos ANTIGAB para identificação do tipo específico de diabetes, de autoria do Deputado Wilson Santos. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Para discutir, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, vou ser bem rápido, está todo mundo já cansado.

Quero pedir o voto sim nessa matéria, porque 150 mil brasileiros aproximadamente são acometidos pela diabetes por ano, é uma doença silenciosa, uma doença perigosíssima, o último grande exemplo aqui foi a morte do ex-governador Dante de Oliveira.

Dante fazia um tratamento contra a colite, uma inflamação no intestino, vinha tomando antibióticos poderosos, mas uma bactéria da pneumonia vazou essa muralha, levou a um desequilíbrio de todo o sistema, a diabetes do Dante bateu em 600 e ali houve, em menos de 10 horas que ele estava no hospital, chegou às 9h andando, cumprimentou todas as recepcionistas, foi para o quarto e depois, às 19h, Dante estava morto. A causa principal que levou a esse desarranjo do seu organismo foi a explosão da diabete.

O que é que nós estamos pedindo nesse projeto? Lá na CCJR, sob a Presidência do ex-Governador e Deputado Júlio Campos, nós conseguimos, senhor Presidente, aprovar esse parecer pela derrubada do veto, então, a CCJR indica a derrubada do veto, indica o voto sim — o Deputado Júlio Campos está aqui e pode comprovar a votação nossa. Então, a indicação é pela derrubada.

O que é que o projeto quer? Quer as pessoas suspeitas de diabetes possam ter acesso ao teste, possam ter prioridade para fazer o teste - só isso -, porque existem vários tipos de diabetes, e a partir daí começar o tratamento o mais cedo possível.

É só isso. Não há não gasto nenhum, não há acréscimo nenhum para a Secretaria de Estado de Saúde ou quem quer que seja.

Eu sou hiperglicêmico, eu sou o oposto do diabético, hiperglicêmico, eu sou o oposto do diabético, tenho que chupar um caramelo 2, 3 por dia para normalizar, mas esse hiperglicêmico também, o meu médico já disse, se não tomar cuidado vira diabético. Também tem muita gente que é hiperglicêmico que acaba virando diabética e ninguém quer ser diabético, é uma doença sem graça, uma doença silenciosa, que mexe com todo o organismo.

Então, o nosso projeto é um projeto que não traz gastos para o Estado, não aumenta a custeio da máquina, apenas priorizar para a realização desse teste para que a pessoa saiba que tipo de diabete ela tem para se tratar, para se cuidar. Então eu peço... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Dilmar Dal Bosco.

Encerrada a discussão.

Vamos para votação.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Só para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para encaminhar, o Deputado

Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Falei com o Deputado ali para deixar livre o Deputado Wilson Santos. O Governo vetou pela competência de autoria, mas ele está livre.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Vamos para a votação.

Já votou. Vamos lá. Vamos encerrar a votação.

Com 14 votos sim, 6 não, o veto foi derrubado.

(ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 519/2019, que dispõe sobre elaboração do plano de infraestrutura integrado no âmbito do Estado do Mato Grosso, de autoria do Deputado Sebastião Rezende. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela manutenção do veto, a CCJ está recomendando que mantenha o veto.

(VETO N° 23/2023, MENSAGEM N° 170/2022)

Para discutir, o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Presidente, estou solicitando apenas aqui para que a elaboração de um plano de infraestrutura integrada na Secretaria de Infraestrutura possa vir, possa ser passado por esta Casa, para que nós, para que os Deputados tenham a oportunidade de opinar, dar a sua contribuição também.

O objetivo é apenas esse, senhor Presidente.

Muito obrigado.

E, portanto, eu peço o voto sim dos senhores Deputados a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok. Então vamos... Ninguém

mais...

Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Presidente, senhores Deputados, a razão do veto é pela inconstitucionalidade formal, invade a competência do Poder Executivo para criar atribuições a entidade da administração pública e versa sobre seu funcionamento e organização, conforme o art. 39, parágrafo único, inciso II, letra d, art. 66 da Constituição Estadual, que mexe na estrutura e logística da SINFRA e Secretaria de Planejamento - SEPLAG, por isso foi vetado pelo governo e a orientação, então, é manter o veto.

Obrigado, Presidente, votando não.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok. Então, ninguém mais para discutir, vamos para a votação.

Vamos lá, Deputado Nininho.

Então, vamos encerrar a votação.

Com 10 votos sim, 08 não, o veto está mantido.

(ENCAMINHE-SE O PROJETO AO ARQUIVO)

Não havendo mais nenhum veto para ser votado...

(DIÁLOGOS SIMULTÂNEOS FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

Secretaria de Servic O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) — Então, não havendo ninguém para usar a tribuna, eu declaro...

Convoco a próxima sessão para quarta-feira da semana que vem, sessão ordinária...

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, eu só gostaria, até porque eu recebi aqui uma sessão ordinária às 17h, uma pauta para hoje, e nós temos aí...

Até estava falando aqui antes, senhor Presidente, tem projeto de lei que tem um pouco, não de urgência, mas de dispensa de pauta. Eu peguei assinaturas suficientes para a dispensa de pauta de um projeto de desconto do IPVA para motos, motociclistas, que é importante para eles, para o trabalhador, não conseguimos avançar, foi para Comissão de Fiscalização, pediram vista, não teve sessão numa semana, passou-se 15 dias e nós estamos ainda com o projeto para ser votado em primeira.

Tem um projeto também da educação, do Conselho de Educação, lá na comissão também pediram vista, ele também está com dispensa de pauta, são dois projetos, de nove projetos do Governo.

Nós temos a PEC que já deu também os 15 dias, respeitando todos os prazos, estava na Ordem do Dia aqui também, senhor Presidente, para ser votado.

Por isso, peço a vossa excelência, então, que na próxima sessão, já que vossa excelência encerrou a sessão, traga para votação aqui esses projetos de lei.

Tem uma lei complementar também que é esse da educação, não sei quem que está Presidente, mas que traga, porque nós só estamos tendo uma sessão.

Então, vou começar a fazer dispensa de pauta, de urgência urgentíssima, porque, infelizmente, está demorando um prazo acima da média para que seja votado.

Vou repetir: o projeto do IPVA é importante para o trabalhador, não é para o Governo, é para o trabalhador, para começar a dar desconto no pagamento do seu IPVA que começa a vencer agora e vão ter dificuldades. Muitos que estão comprando e pedindo a nota fiscal eletrônica não vão conseguir ter o desconto, porque nós não aprovamos a regulamentação da lei dentro do Parlamento.

Obrigado.

(O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS ASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok, Deputado Dilmar Dal Bosco.

Eu consulto o Plenário se há mais algum colega que queira usar da palavra.

O Deputado Thiago Silva está inscrito.

Eu quero só fazer uma observação, porque hoje eu reapresentei um projeto aqui muito importante em favor dos nossos amigos, da pessoa surda.

O projeto, na verdade, foi arquivado no ano passado e ele visa regulamentar a profissão do intérprete no Estado - nosso projeto para reconhecimento da profissão do intérprete de Libras, que infelizmente ainda não é reconhecido aqui em Mato Grosso.

Então, por meio do meu assessor, o Rigel, nós temos trazido uma pauta muito importante aqui da pessoa surda, já conseguimos avançar, conquistar alguns patamares, mas ainda precisamos caminhar mais.

Então, quero comunicar aqui à comunidade surda do Estado de Mato Grosso que o projeto foi reapresentado nesta data de 8 de março de 2023, está reapresentado - nossos parabéns -, e esse é um trabalho não do Deputado Wilson Santos, mas da minha assessoria, liderada pelo Rigel, das associações de pessoas surdas que existem pelo Estado.

Vamos procurar dar uma celeridade no rito para que ainda neste primeiro semestre, se Deus quiser, essa matéria possa ser apreciada e devidamente aprovada está. Ok?

Então, a todas as pessoas surdas de Mato Grosso, grande abraço e nossos parabéns pela luta.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Deputado Wilson.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Com a palavra, o Deputado Diego.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Apenas uma comunicação e pedir para constar também em ata, amanhã às 10h da manhã, na sala 201, a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI da telefonia, convocando todos os membros titulares, que já receberam a comunicação em seus gabinetes.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado! Sucesso! Conte com o apoio da Mesa Diretora nessa investigação.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Na Explicação Pessoal, com a palavra, por até 10 minutos, o Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, colegas Deputados, toda população que nos acompanham pela Rádio e TV Assembleia.

Eu nesse dia não poderia de deixar de agradecer aos colegas deputados por ter nos ajudado a derrubar o veto do Governo do Estado para que nós possamos manter o convênio com as escolas religiosas.

A gente vem desde o ano passado fazendo essa defesa aqui neste Plenário, nesta tribuna, mostrando a importância desse convênio, a importância dessa parceria que foi firmada em 1997 entre o governo do Estado e as escolas religiosas e no ano passado, em razão de toda essa discussão do redimensionamento, o Governo decidiu passar toda essa responsabilidade dos anos iniciais para as prefeituras, porém, a nossa defesa da continuidade dessa parceria é porque as escolas religiosas, e eu quero que mais uma vez ressaltar e mencionar o nome das escolas La Salles, Sagrado Coração de Jesus, Santo Antônio e São José Operário, lá do município de Rondonópolis, que têm o IDEB acima da média do Estado de Mato Grosso, seria uma injustiça, um erro muito grande não corrigirmos esse equívoco de não estar fazendo essa correção, essa complementação na lei criada em 1997, colocando ali para que seja dada continuidade a esse convênio do primeiro ano até o 9º ano do Ensino Fundamental.

Então, hoje foi derrubado o veto aqui neste Plenário, mais uma vez agradeço a todos os colegas parlamentares.

De acordo com o nosso Regimento, temos 15 dias para que o governo do Estado possa sancionar essa lei. Caso o Governo não sancione, o nosso Presidente da Assembleia, a Mesa Diretora, promulga essa alteração e assim continuamos incentivando aquilo que está dando certo, que é esse convênio, essa estadualização das escolas religiosas aqui no Estado de Mato Grosso.

Eu sempre tenho dito que nós precisamos conhecer aquilo que está dando certo aqui no Estado de Mato Grosso e um dos exemplos são as escolas religiosas, onde a qualidade do ensino tem sido uma referência em todo o Estado de Mato Grosso.

Então, quero aqui agradecer a todos os pais, a todos os alunos que estiveram hoje aqui na Assembleia Legislativa, em nome da Neuzinha, a todas as pessoas que sempre têm defendido e acreditado nas escolas religiosas e deixar aqui o meu abraço a todos os diretores, a todos os pais, a todos os alunos e dizer que contem conosco para que possamos continuar nessa luta em defesa da educação de qualidade, em defesa das escolas religiosas.

Secretaria de Servic Muito obrigado, senhor Presidente.

Silva.

Muito obrigado, senhor Presidente. O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado e colega Thiago

Sou testemunha do seu esmero, da sua dedicação nessa causa.

Vossa excelência sai daqui hoje vitorioso, mas mais vitorioso que vossa excelência são as crianças que continuarão tendo um amparo do Estado nessa parceria importante com o Governo estadual.

Parabéns às comunidades escolares de Rondonópolis envolvidas nessa causa que participaram aqui de quase uma dezena de reuniões, de sessões. São incansáveis.

Em nome da professora Neuzinha eu quero dar um abraço em todas as docentes, nos adolescentes e até nas crianças que vieram, nunca se cansaram, várias vezes, na maioria delas, voltaram para Rondonópolis frustradas, mas ao final da batalha voltam sorridentes, felizes, porque o Deputado Thiago Silva soube muito bem encaminhar essa luta, soube articular com os colegas Deputados de forma humilde, de forma simpática, como ele é, e conquistou 16 votos pela derrubada do veto. Assim, o Governador Mauro Mendes terá a oportunidade de sancionar, caso não o faça a matéria volta à Assembleia e a Mesa Diretora vai fazer a promulgação. De uma forma ou de outra será lei, é lei, dura lex sed lex, a lei é dura, mas é lei. Tem que ser cumprida.

Parabéns, Deputado Thiago Silva!

Eu quero comunicar que no próximo dia 16 de março nós teremos uma grande audiência pública para apresentar os resultados preliminares da expedição Rio Cuiabá. Então aquela expedição do dia 16 ao dia 20 de janeiro nós estaremos apresentando um relatório daqueles cinco dias

no Rio Cuiabá, além disso, teve mais um dia nas cabeceiras, no Cuiabá do Bonito e no Cuiabá da Larga, e mais um outro dia, o sétimo dia de viagem, subindo uma parte do Rio Cuiabazinho.

Então, temos muita coisa a apresentar, vamos ouvir também, você é o nosso convidado, dia 16, a partir das 14h, aqui na Assembleia, audiência pública para debater a Bacia do Rio Cuiabá.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Não havendo mais nenhum colega Deputado inscrito, antes de declarar encerrada esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o próximo dia 15 de março, a partir das 10h, neste Plenário.

Está encerrada a presente Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO).

(COMPARECERAM À SESSÃO OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS: **BLOCO ASSEMBLEIA FORTE:** CARLOS AVALLONE, DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, JÚLIO CAMPOS, SEBASTIÃO REZENDE, PAULO ARAÚJO, BETO DOIS A UM; **BLOCO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO:** DR. JOÃO, JUCA DO GUARANÁ, SILVANO AMARAL, THIAGO SILVA; **BLOCO EXPERIÊNCIA E TRABALHO:** DIEGO GUIMARÃES, LÚDIO CABRAL, VALDIR BARRANCO, WILSON SANTOS, NININHO **BLOCO DIREITA DEMOCRÁTICA:** ELIZEU NASCIMENTO, FAISSAL, CLÁUDIO FERREIRA, GILBERTO CATTANI; **PARLAMENTAR UNIDOS:** DR. EUGÊNIO, FABINHO, ALEX SANDRO. DEIXOU DE COMPARECER O SR. DEPUTADO MAX RUSSI).

Revisão: Eunice José de Souza Rosivania Ribeiro França

Assembleia Legislativa